

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL**

**VIDAS SILENCIADAS PELA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA:
O TRAUMÁTICO E A POTÊNCIA DA ESCRITA**

GABRIELA WEBER ITAQUY

Porto Alegre
2015

Gabriela Weber Itaquy

**VIDAS SILENCIADAS PELA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA:
O TRAUMÁTICO E A POTÊNCIA DA ESCRITA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, o Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Clínica, Subjetividade e Política.

Orientador: Dr.º Edson Luiz André de Sousa

Porto Alegre
2015

Gabriela Weber Itaquy

**VIDAS SILENCIADAS PELA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA:
O TRAUMÁTICO E A POTÊNCIA DA ESCRITA**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Psicologia Social e Institucional”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Porto Alegre, de de 2015.

Prof.^a Dr.^a Analice de Lima Palombini
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof., Dr.^o Edson Luiz André de Sousa - Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof., Dr.^o Paulo César Endo
Universidade de São Paulo (USP)

Prof.^a, Dr.^a Liliane Seide Froemming
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof.^a, Dr.^a Simone Zanon Moschen
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dedico este trabalho a todos os sujeitos que, mesmo que invisíveis aos olhos da sociedade, são cotidianamente assombrados pelas violências de Estado.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, por me apresentar outras vias possíveis de estudo, pesquisa e ensino, além do encontro com ótimos mestres.

Ao meu orientador, Edson Luiz André de Sousa, por compartilhar as suas experiências profissionais atravessadas pelo campo político e artístico, escutar de modo atento e cuidadoso os meus desejos propulsores da pesquisa, acreditando sempre na potência do trabalho.

Ao Prof.^o Dr.^o Paulo César Endo, pelas contribuições e auxílios durante a pesquisa, e principalmente pelo acolhimento na minha ida a São Paulo, por me indicar os lugares que deveria conhecer e me apresentar a diferentes profissionais importantes ao campo da minha pesquisa.

A Prof.^a Dr.^a Simone Moschen e Prof.^a Dr.^a Liliane Froemming, por fazerem parte da minha construção profissional e acadêmica desde o momento da Especialização, e contribuírem com o processo de escrita da dissertação.

Aos colegas do LAPPAP (Laboratório de Pesquisa em Psicanálise, Arte e Política), pelas trocas e instigações a diferentes formas possível de fazermos pesquisa.

Aos colegas de Mestrado, essencialmente aos amigos conquistados, pelo compartilhamento da experiência acadêmica, mas principalmente de vida, tornando os meus dias mais alegres.

Aos meus pais, Liane de Souza Weber e Clovis Batista Machado Itaquy, acima de tudo pelo amor incondicional, além do apoio e incentivo aos meus desejos que incluíram a saída de casa e da terra natal. Ao meu pai principalmente por me mostrar a magia da vida quando inscrita no meio musical e poético; a minha mãe ao me demonstrar o seu amor pela literatura e pelo campo acadêmico.

Eternos exemplos de lutas e conquistas que sempre ensinaram a importância de um olhar sensível ao mundo e aos outros.

Aos meus segundos pais, minha avó Nubia de Souza Weber e avô Claudio Luiz Ferrari Weber (in memorian), pelo amor, apoio e constantes exemplos e presenças em minha vida.

À minha Tia Albacy Itaqi, pelo amor e cuidado que ajudou a sustentar minhas escolhas longe de Santa Maria.

À minha irmã Luiza e irmão Juliano, por reavivarem em mim a pureza e os encantos da infância; à minha prima Bárbara, por demonstrar os lindos descobrimentos e enfrentamentos da adolescência. Por sempre expressarem com muito afeto a importância da minha presença em suas vidas, além de serem essenciais para a minha.

Ao Pietro Motta Garcez, pelo grande amor ao longo desses nove anos de namoro que possibilitaram a construção de um viver compartilhado de cumplicidades. Por confortar-me nos momentos difíceis em que a saudade tornou-se grande. Pelo incentivo às minhas escolhas, mesmo quando a seleção para o mestrado impediu a minha presença física no compartilhamento da dor da perda.

À Marlize Motta Bum e Nassif Brum (in memorian), pelo grande carinho. Por acolherem-me em sua família e oferecerem em Porto Alegre o ambiente familiar.

Às amigas de infância, Letícia Cunha da Costa e Silvia Eidt Monteiro, que sempre foram como irmãs e ajudaram a sustentar a minha vinda para Porto Alegre, por meio da entrega de documentos para o mestrado e acolhimento em suas casas, e principalmente pelo compartilhamento das dificuldades e das boas experiências.

Drenando o abcesso

A multidão vai rindo sobre teu corpo
Que enrijece e desafia a morte debatendo-se lentamente.
Teus pés nus saltitam em busca de calor
Feito uma bailarina
Sobre os zeros dos graus, da prece, das mãos, das bocas,
Agoniza lento com seus sintomas dormidos,
Com seus sintomas doídos.
Como não bastasse o profundo corte no pé,
Havia o fundo corte da fome, das náuseas, das dores,
Que confundem-se.
Essa maneira que vai degolando lentamente,
Sem sangue.
Ele vai caminhando pela rua
Com seu caixão ao próprio corpo,
Corpo grunhido, corpo esquelético.
Retorcendo os miolos, dividindo os sentidos,
Os membros, os polos,
Apodrecendo junto com o resto.
Com seu pequeno resto de mundo, resto de vida,
Resto de rosto,
Que alvejado pelas vistas,
Recusa-se a dormir com medo do sono.
Pelos sopros que transformam-se em tempestades deliradas,
Retumbando a única certeza
Que está morto em vida.

Clovis Itaquy, 2012

RESUMO

A violência exercida durante a ditadura civil-militar brasileira acarretou inúmeros não-ditos sociais produzindo um trauma social, além do trauma individual dos sujeitos que sofreram diretamente com a violência imposta e o desaparecimento dos seus familiares. Dessa forma, diante dos efeitos deste traumático, passamos a questionar, apoiados na teoria psicanalítica, as possíveis formas de transmissão e de linguagem do mesmo. Por meio de um olhar utópico, buscamos apresentar uma contra-história da ditadura, esboçada através dos testemunhos e dos recolhimentos dos restos e rastros de uma história singular, a vida silenciada de Ana Rosa Kucinski que foi morta e desaparecida política. As narrativas dadas à Comissão Nacional da Verdade ajudaram nesse percurso e demarcaram a importância dos arquivos. Do mesmo modo, a literatura ficcional e testemunhal do livro *K: relato de uma busca* (2014a), de Bernardo Kucinski, também demonstrou a relevância da criação como um modo de enfrentamento do sem forma imposto pela violência. Assim, acreditamos na potência do testemunho e da escrita enquanto formas de transmissão e historicização do traumático.

PALAVRAS-CHAVE: ditadura civil-militar brasileira; trauma; testemunho; transmissão; escrita literária.

ABSTRACT

The violence exercised during the Brazilian's civil-military dictatorship led to a innumerable social's unsaid producing a social trauma, beside the subject's individual trauma that directly suffered with the imposed violence and the disappearance of their family. Thereby, against trauma's effect, we start to ask, supported by the psychoanalytic theory, the possible forms of transmission and language of the same. Through a utopian's look, we seek to present a counter-history of the dictatorship, outlined by the testimonials and the gathering of the remains and tracks of a singular history, the silenced life of Ana Rosa Kucinski, wich was killed and political missing. The narratives which was given to the "*Comissão Nacional da Verdade*" helped in this path and marked out the importance of the files. In the same way, the fictional and testimonial literature of the Bernardo Kucinski's book "*K: Relato de uma busca*" (2014a), also demonstrated the relevance of creation as a way to facing the shapeless imposed by the violence. We believe in the power of the testimonial and writing as a form of transmission and historicizing the traumatic.

KEYWORDS: brazilian's civil-military dictatorship; trauma; testimonial; transmission; literary writing.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. SOBRE(VIVÊNCIA) DA VIOLÊNCIA	15
1.1 O regurgitar da história e o mal-estar social	18
2. O TRAUMÁTICO E A TRANSMISSIBILIDADE: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE	29
2.1 A violência e a tortura: o que resta do horror?	29
2.2 O traumático e a potência do testemunho	37
3. OS RASTROS SILENCIADOS DOS DESAPARECIDOS POLÍTICOS	49
3.1 Uma vida a partir dos arquivos - Ana Rosa Kucinski	52
<i>3.1.2 As lacunas da história esboçadas pela Comissão Nacional da Verdade</i>	54
3.2 (Des)aparecimento: o excessivo e o tempo da escrita	64
<i>3.2.1 As diferentes escritas e a possibilidade de nomeação do traumático</i>	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	82
ANEXOS	88

INTRODUÇÃO

Deparo-me sentada em um auditório. Naquele dia, falariam sobre a ditadura civil-militar brasileira, suas violências e uma possível política de reparação, a criação da Clínica dos Testemunhos. Como de fato fui parar lá? Não consigo lembrar quem eram as pessoas presentes, ou os falantes do evento, apenas lembro-me da enorme reverberação que o assunto me causou. Hoje se torna difícil nomear ou mesmo rememorar as forças que me fizeram buscar esse lado obscuro da nossa história.

Naquele momento, ocorreu um encontro, um mundo diferente se abriu em meu caminho, passei a pensar a violência que fora em muitos momentos estudada por mim de forma ampliada, já não direcionada somente a crianças e adolescentes, e sim, voltada a adultos. A relação opressora seguia sendo exercida por aqueles que obtinham mais poder e deveriam efetuar o papel de proteção e garantia de direitos; agora se tratava do Estado que violava os cidadãos.

Logo fiquei muitos dias profundamente inserida na temática da ditadura civil-militar brasileira, me surpreendi com um novo passado que descobri ainda muito presente. Como eu poderia não saber de tudo aquilo? Olho documentários e filmes, faço cursos, participo de eventos, presencio audiências da Comissão Nacional e Estadual da Verdade. Escuto muitos relatos de tortura e violência, coloco-me como testemunha, e assim, em alguns momentos, a experiência que se anunciava excessiva tomou forma diante de mim.

Em determinados períodos, fui tomada por um viés político e de resistência, pensei: “preciso transmitir aos outros aquilo que aconteceu e ainda acontece no nosso país. As pessoas precisam ouvir e conhecer o que resta do horror, as dores dos que foram e ainda são violentados”. Em alguns seminários e encontros acadêmicos, coloquei-me a apresentar as narrativas de muitos presos políticos, li em alto e bom tom os relatos de tortura. Já não aguentava mais que ficassem somente comigo, nesse instante situei-me diante do processo de transmissão.

A partir deste momento, surgiu em mim a imensa sensação de que somente a comunicação era insuficiente, poucas pessoas davam retorno ao

que tinham ouvido, e o silêncio era instaurado. O que seria isso? Quando olhava ao redor, olhos lacrimejavam e a frase surgia: “isso foi como um soco na boca do estômago, precisamos de um pouco de ar para voltar a falar no assunto”.

Difícil mesmo prestar um testemunho e falar sobre a dureza do excessivo, mesmo que seja através da história de uma outra pessoa, mas que por um período tomei como minha. Passei a ficar um tempo cansada do assunto. Tudo que lia ou as narrativas que escutava demarcavam, agora em mim também, a falta de ar diante o que era difícil de escutar.

Passados alguns meses, mergulho de novo na temática, face às intensidades que surgem, parto para São Paulo e novamente me debruço sobre as violências. No Arquivo Público Estadual, pego em mãos muitos documentos emitidos pelo governo militar, dossiês contendo dados dos procurados e presos políticos. Inúmeras carteiras de identidade e de trabalho com fotografias repetidas, porém nomes diferentes, pessoas que estavam clandestinas. A cada momento conhecia novos sujeitos e adentrava um pouco em diferentes formas de vida. Novas histórias surgiam, porém, quando virava algumas páginas, lá estavam imagens dos corpos mortos, como desculpas constavam suicídios, mortos em troca de tiros, ou atropelamentos. Mais algumas páginas adiante e o atestado do IML que não dizia ou comprovava quase nada. Histórias se liquefaziam, ou melhor, se desintegravam aos meus olhos.

A cada nova caixa contendo inúmeros arquivos, uma nova submersão. Encontro-me em um lugar a parte da cidade de São Paulo, lá tudo funciona em outro ritmo, acabei perdendo a noção de tempo. Sinto-me em uma ilha de papéis e por vezes preciso olhar para cima, uma pausa, um respiro. São muitos documentos e a dura sensação de não conseguir visualizar todos eles. Eu ali pareço uma pequena lamparina tentando iluminar uma caverna profunda, a mais pura escuridão. Afinal, como poderia dar conta do horror da violência, e por vezes, da história esquecida de um país? Saio cansada, sem saber o que fazer com tudo aquilo que vivenciara.

Através da minha incursão em terra paulistana, me deparo com a importância de darmos um lugar para os arquivos, os registros e a memória. Visito o Memorial da Resistência, antigo prédio sede do Departamento

Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP). Lá muitos militantes foram torturados e presos na época da ditadura. Como forma de preservar as memórias da repressão e da resistência, as antigas celas foram preservadas, os familiares e ex-presos foram convidados a ocuparem aquele lugar através da escrita de nomes nas paredes.

Por meio da caminhada lenta nas celas escuras e gradeadas, ao visitante resta o reconhecimento daqueles que habitaram o campo de resistência e sofreram severas violências. Uma toalha estendida, uma cama levemente desarrumada no chão, a emoção emerge. Nas paredes as letras tornam-se vincos, as palavras foram escavadas ali como forma de constituírem permanentemente um lugar. Podemos ler: “Olavo Hansen morreu aqui”. Uma olhada em outro canto e “pegaram o meu bebê para me ameaçar”. Nesse momento, consigo visualizar outras formas possíveis de transmissão da experiência traumática.

Através de várias indicações, no meio do meu percurso, acabo me encontrando com o livro de Bernardo Kucinski, *K: o relato de uma busca* (2014a), perco-me em seus contos e sinto-me tomada pela força de lê-lo incessantemente. Por meio desta escrita, o autor revela a eterna busca, sofrimento e indagação de seu pai diante da morte e o desaparecimento de sua irmã Ana Rosa Kucinski pela ditadura.

Somente a partir de tais vivências, consigo vislumbrar uma escrita possível a dissertação. Uma forma de contar, recontar e historicizar a ditadura brasileira, em que a linguagem possa ser vista como um horizonte de contorno ao trauma, embasando-nos no que a psicanálise pode dizer sobre a transmissão do campo do traumático.

Dando início ao processo de mergulho e incursão na temática que impulsiona essa escrita, não podemos nos esquecer de darmos as mãos à psicanálise e a usarmos como suporte diante os meandros do traumático, juntamente com a perspectiva utópica. É, através da psicanálise, que percebemos a necessidade dos sujeitos revisitarem a história do trauma, ou fazerem do trauma uma história que possibilite a imaginação de um novo horizonte, apontando a função da linguagem e do simbólico como formas de dar contenção ao excesso de real. Partimos juntamente com a perspectiva utópica enquanto uma possibilidade de método que demonstra uma

insatisfação diante o presente, marcando principalmente um desejo de transposição (SOUSA, 2007).

Enquanto método, a utopia não visa alcançar objetivos e aspirações, e sim, primeiramente desfamiliarizar o que é familiar, facilitando o encontro com as contradições e continuidades existentes em nosso âmbito social, assim, circunscrevendo um lugar de crise (MOYLAN; BACCOLINI, 2007). Propomos aqui a utopia enquanto um modo de nomeação do excessivo, uma forma de buscarmos dar nome ao irrepresentável e ao inapreensível.

Devemos ressaltar que através da utopia não buscamos imaginar um futuro melhor e sim mostrar nossa incapacidade de imaginar tal futuro.

[...] a vocação da utopia é o fracasso, o seu valor epistemológico está nas paredes que ela nos permite perceber em torno de nossas mentes, nos limites invisíveis que nos permite detectar por mera indução, no atoleiro das nossas imaginações no modo de produção. Concluimos, portanto, que a utopia mostra aquilo que não podemos imaginar. Só que não o faz pela imaginação concreta, mas sim por meio dos buracos no texto. (JAMESON, 1997, p. 85)

Lacan posiciona o pensamento da utopia enquanto um lugar de lugar nenhum, sendo por meio dela que o pensamento poderá ser livre para buscar uma reforma possível na norma (LACAN, 1968-1969). Dessa forma, acredita-se na busca de uma visão desatrelada da norma através da lógica do contra-fluxo, abrindo espaços para demarcar o que não quer ser visto ou lembrado em uma sociedade.

O viés utópico permite que possamos atravessar a “obscuridade do instante vivido”, ultrapassando o curso natural dos acontecimentos (BLOCH, 2005, p. 23) para depois podermos olhar para trás e revisitarmos o passado, mas quebrando com a eterna repetição. Parafraseando Bloch, devemos substituir o bafo impregnado de mesmice vindo do porão, pelo ar puro e renovador da manhã. Assim, buscamos a perturbação da ordem dos acontecimentos, possibilitando novas leituras e significações de mundo.

Diante dos tantos não-ditos gerados pela ditadura civil-militar brasileira, como transmitir a experiência irrepresentável? Torna-se importante jogarmos com o Real e o ficcional, onde o ato de criação diante o silêncio propicie o recriar de uma versão possível à história do sujeito e do social.

1. SOBRE(VIVÊNCIA) DA VIOLÊNCIA

Em pleno processo de escrita, acordo em um domingo, dia 15 de março de 2015 e a nebulosidade toma conta de mim. Um dia estranho, mas perigosamente familiar, milhares de pessoas começam a tomar as ruas para protestar contra o atual governo brasileiro. Um exercício democrático interessante, porém, o clima propagado tornava difícil o respirar, muitos pediam a intervenção militar. Inúmeros cartazes foram levados às manifestações referindo-se à ditadura como única solução para as grandes dificuldades sociais, econômicas e políticas do país.

Um embrulho instaurou-se em mim e as inúmeras indagações surgiram perante o chamado pelo retorno do totalitarismo. O que mesmo, a população estava pedindo? Claro, apenas uma parcela da população faz esse pedido, mas o que leva com que ainda hoje a nossa história esteja invisibilizada e que não possamos dar valor a memória dos torturados, mortos e desaparecidos políticos que resistiram e lutaram pela democracia?

Assim, diante do não-dito social referente à ditadura, resta-nos não cedermos ao silenciamento. Para adentrarmos ao traumático imposto pelas violações torna-se essencial a aproximação à nossa história e ao nosso passado.

Em 1964, através do golpe de Estado ordenado pelo Exército, a ditadura civil-militar brasileira foi instaurada e se estendeu até o ano de 1985. Os longos 21 anos ditatoriais foram marcados por diversas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, bem como pela intensa repressão político-social aos seus opositores. Nesse período, o Sistema Judiciário e Legislativo foram dominados pelo regime militar.

A imprensa passou a ser controlada e as notícias monitoradas por agentes estatais. A livre manifestação foi calada, os sindicatos invadidos, os locais de ensino reprimidos e o povo perdeu sua liberdade de expressão. Muitas empresas privadas foram apoiadoras e beneficiárias da ditadura, assim, devemos dizer que parte da sociedade apoiou o golpe. Por tal motivo e pelo fato de ter havido um movimento de resistência à ditadura, acredita-se que a

melhor nomenclatura usada para referenciar esse período seja “ditadura civil-militar”.

Marcava-se o surgimento de um: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar é irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos”. Tais frases constaram na primeira página do “Jornal do Brasil”¹ publicada no dia seguinte à promulgação do AI-5, momento em que agentes militares tomavam a redação de todo o país e a censura ganhou grandes proporções.

Os militares apoderaram-se do exercício de decidir sobre a vida ou a morte das pessoas. Os porões da ditadura foram marcados por inúmeras formas de violências e torturas que visavam ao apagamento subjetivo dos sujeitos, além do grande número de prisões indevidas, exílios, cassações, demissões, mortes e desaparecimentos dos considerados “comunistas”, “subversivos” e seus familiares.

Conforme Safatle e Teles (2010, p. 238):

No cerne de todo totalitarismo, haverá sempre a operação sistemática de retirar o nome daquele que a mim se opõe, de transformá-lo em um inominável cuja voz, cuja demanda encarnada em sua voz não será mais objeto de referência alguma. Este inominável pode, inclusive, receber, não um nome, mas uma espécie de designação impronunciável que visa isolá-lo em um isolamento sem retorno. “Subversivo”, “terrorista”.

Tais sujeitos eram considerados inimigos do Estado devido ao fato de lutarem por diferentes verdades e ideais dos que eram impostos pela ditadura. Muitas vidas tiveram que enfrentar experiências traumáticas, pois foram violentadas e silenciadas pelo Estado, aquele que possui o papel de proteção e garantia dos direitos, mas que exerceu e ainda exerce, em muitos casos, o de violação.

Desse modo, podemos perceber que a ditadura civil-militar glorificou a herança da violência e os piores modos de dominação que foram produzidos na nossa história brasileira. No Brasil, conforme o Relatório sobre Tortura e Direitos Humanos, em 2000, a prática de torturas e tratamentos desumanos, degradantes e cruéis foi exercida desde a colonização portuguesa. A colonização e a escravidão de negros e índios impôs, por meio da violência

¹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/ai5/>>. Acesso em: 01/04/2015.

constantemente aplicada, uma dessocialização e despersonalização. Tais atrocidades deixaram uma profunda marca em nossa história perpetuando-se como o que não deve ser lembrado. O Relatório anuncia que estas violências foram propulsoras do comportamento dos torturadores do DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) e de outros centros de tortura existentes na ditadura civil-militar (ARANTES, 2009b).

Proponho que possamos repensar o codinome aplicado aos inimigos da época ditatorial – os subversivos – tensionando o significado da palavra. Conforme o dicionário Aurélio², os subversivos são aqueles que pretendem perturbar ou alterar a ordem estabelecida, contrariando as ideias ou opiniões da maioria. A palavra subversão também é marcada pelo ato ou efeito de subverter, voltar de baixo para cima, revolver, perverter, arruinar, destruir e submergir.

Diante de tal proposta de subversão, torna-se importante que possamos rememorar alguns artistas que através de suas obras incidiram no social e desvendaram alguns véus encobridores da violência de Estado. Assim, tensionaram o tipo de arte que poderia ser relevante diante de circunstâncias repressivas e propiciaram que ela fosse um instrumento político e de resistência.

O artista Artur Barrio, em 1970, realizou uma intervenção urbana com o seu trabalho “trouxas ensanguentadas”, como uma forma de criticar a repressão política, expondo as violências, torturas e mortes praticadas pelo Estado ditatorial. O artista comprou vinte quilos de carne bovina e ossos, e os colocou dentro de 14 trouxas, amarradas com uma corda e manchadas de sangue. As trouxas foram deixadas anonimamente às margens de rios e esgotos da cidade de Belo Horizonte/MG. Barrio buscava que os espectadores confundissem as trouxas com corpos humanos, mostrando a vulnerabilidade de toda a sociedade aos atos do regime ditatorial. Acredita-se que cinco mil pessoas tenham visto as trouxas em um domingo no Parque Municipal, fato que trouxe a participação da polícia e dos bombeiros. As trouxas foram destruídas e os ossos enviados para análise.

² FERREIRA, A. B. H. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

Ainda no mesmo ano, Cildo Meireles teve a ideia de criar um sistema de contrainformação que não pudesse ser manipulado ou controlado pela ditadura, opondo-se às informações da imprensa, rádio e televisão. Assim, “as inserções em circuitos ideológicos” nasceram com dois projetos. No projeto Coca-Cola (Anexo 1), o artista gravou nas garrafas retornáveis do produto informações e opiniões críticas referentes à opressão e à violência militar, depois devolveu-as à circulação. As mensagens ficavam quase invisíveis quando a garrafa estava vazia, mas, quando cheia com o líquido escuro, tornavam-se legíveis. O artista entrevistou em mais de mil garrafas.

No projeto Cédula (Anexo 2), notas de cruzeiros ou dólares eram carimbadas com frases que criticavam a situação política do país, dentre os dizeres do artista estava a pergunta: “Quem matou Herzog?”. Assim, Meireles colocou dentro do circuito social imagens, ideias e informações que pairavam o campo obscuro daquilo que não deveria ser dito, demarcando falhas no sistema que puderam ser usadas como forma de resistência e crítica.

Dessa forma, proponho aqui que possamos revolver a nossa história e trazer para cima a terra profunda e obscura que viabiliza o arejamento, o repensar e o questionar sobre a ditadura civil-militar. Somente desse modo poderemos dar um outro lugar as vidas silenciadas e produzir diferentes formas de criação e ressignificação das histórias dos sujeitos, e conseqüentemente da sociedade brasileira.

1.1 O regurgitar da história e o mal-estar social

*Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
Esse silêncio todo me atordoia
Atordoado eu permaneço atento
Na arquibancada pra a qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa
Pai, afasta de mim esse cálice (cale-se)
De vinho tinto de sangue
(Chico Buarque; Gilberto GIL, 1973)*

A letra escrita por Chico Buarque e Gilberto Gil no período ditatorial, em 1973 foi censurada pela ditadura e só pôde ser lançada no ano de 1978. Tal

escrita denuncia que a interjeição “cale-se!” era a grande proposição imposta através do apagamento da liberdade, da intensa repressão e violência expressas na frase: “Como é difícil acordar calado, se na calada da noite eu me dano”.

Cansados de tanta opressão e diante do aumento do número das pessoas que se encontravam exiladas e presas, os familiares, amigos e adeptos da democracia uniram-se em busca de Anistia. A ditadura já encontrava-se mais enfraquecida devido às pressões políticas internacionais, e ao grande movimento de resistência. Ressalta-se que o período ditatorial teve seu término apenas em 1986, porém o processo de transição política já vinha sendo articulado anos antes com a criação da Lei da Anistia.

Em 1978, antes da promulgação da Lei da Anistia em 28 de agosto de 1979, foram criados os Comitês Brasileiros pela Anistia, organizações independentes que reuniam pessoas dispostas a lutar pelo reestabelecimento dos direitos individuais, sociais e políticos. Porém, as reivindicações propostas pelos Comitês não foram seguidas e a Lei foi aprovada pelo voto de líderes parlamentares que viviam sob o limite do regime ditatorial, sem ser discutida e acordada pelos diferentes setores da sociedade, desconsiderando a mobilização social existente. Assim, a Lei da Anistia não facilitou a reintegração profissional dos servidores que haviam sido punidos; não liberou todos os presos políticos, e os quartéis não receberam os militares cassados (ARANTES, 2009a).

Desse modo, o regime militar desfigurou o objetivo que os Comitês pregavam a Anistia e aproveitou para preparar a impunidade pelos crimes realizados. Interpretou a anistia enquanto “ampla, geral e irrestrita” aplicável às vítimas e aos torturadores, assim, uniu o crime político com o crime imprescritível de tortura.

Naquele momento, a violência sistemática de um Estado contra um cidadão passou a valer o mesmo que a violência de um cidadão contra o Estado ilegal. Colocou-se oprimido e opressor no mesmo plano, esquecendo-se que aqueles cidadãos estavam exercendo o seu direito de dizer não ao totalitarismo, mesmo que pela luta armada.

A Lei da Anistia acabou garantindo que os praticantes de graves violações aos direitos humanos, aqueles que foram responsáveis por torturas,

mortes e desaparecimentos, não respondessem legalmente por seus atos. Assim, em prol de uma dita reconciliação, vários crimes ficaram sem respostas. O Estado preferiu colocar uma pedra no assunto, negando, ocultando e distorcendo-o. Naquele momento, o mandamento era que deveríamos virar a página, porém tudo que é recalcado em algum momento retorna na forma de excessos.

As vítimas de tais violências ficaram sem ter direito à verdade, à justiça e à reparação, assim o assunto pairou no campo do que não deve ser dito e sim esquecido. Conforme Suzana Lisboa (2004, p. 161-162), representante das famílias na Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do Rio Grande do Sul:

A anistia conquistada trouxe ao país os presos políticos, exilados e clandestinos, mas os mortos e desaparecidos não voltaram sequer na forma de um atestado de óbito. [...] Os torturadores, mandantes e responsáveis pelas torturas e assassinatos não foram condenados, nem sequer julgados ou citados em processos criminais...

O Brasil acabou sendo o único país da América Latina que, após o término de sua ditadura, não julgou e nem puniu publicamente seus torturadores (KEHL, 2011b). Na Argentina houve um pressionamento por parte dos setores da sociedade civil que forçou o governo Kirchner a anular o aparato legal que impedia a punição dos torturadores da ditadura. Desse modo, a justiça não se amedrontou em abrir processos contra militares e buscar renomear os seus desaparecidos e reinscrever suas histórias. No Chile, devido à grande mobilização mundial produzida pela prisão de Augusto Pinochet em Londres, ocorreram muitas condenações dos militares, e o Exército reconheceu, por meio de notas oficiais, não se solidarizar com o seu passado, reconhecendo seus erros (SAFATLE; TELES, 2010).

No Brasil, as inúmeras pessoas que foram violentadas e torturadas ainda sofrem com a radicalidade da dor e com os sintomas que o trauma propicia, além do fato de tais práticas terem sido pouco reconhecidas e reparadas socialmente. Ainda hoje, o Exército diante uma lógica de apagamento, nega a prática de tortura no período ditatorial. O que impede nosso país de lidar de forma mais justa com esta história?

Em 2008, o Ministro da Justiça, Tarso Genro, e o Secretário Nacional dos Direitos Humanos, Paulo Vannucchi, entraram com um recurso no Supremo Tribunal Federal pedindo a revisão da Lei da Anistia. Tais órgãos alegaram que a prática de tortura é crime de lesa-humanidade, não sendo passível de prescrição e de anistia. Porém, o Supremo Tribunal Federal afirmou que tal revisão poderia ocasionar desestabilidade política (SOUSA, 2010).

Em 2010, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA em uma ação movida por familiares de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia (movimento armado desencadeado pelo PC do B, entre 1972 e 1974 na região de Marabá, no Pará). A decisão proferida pela Corte IDH teve o intuito de fazer com que o Brasil investigasse penalmente os fatos por meio da Justiça ordinária, alegando que “as disposições da Lei da Anistia que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos são incompatíveis com a Convenção Americana”³. Assim, a Lei da Anistia não deveria ser um obstáculo para identificação e punição dos responsáveis.

A partir de tal decisão, procuradores federais iniciaram ações penais contra agentes do Estado acusados de sequestro durante os governos militares, até hoje corpos estão desaparecidos. Os procuradores creem na continuidade de tais crimes, ou seja, o fato de eles ainda perdurarem, nessa via, não estariam salvaguardados pela Lei da Anistia. Tais ações apresentaram alguns avanços, porém logo permaneceram estagnadas, restando dúvidas de como o Estado Brasileiro lidará com as acusações.

Maria Rita Kehl (2010) acredita em tal situação enquanto parte do sintoma social brasileiro expresso através dos sujeitos que, individualmente ou em grupo, sofrem e manifestam os efeitos de seu sofrimento por meio de discursos e atitudes que se automatizam nas estruturas psíquicas e podem agravar-se conforme o tempo. Através dessa tomada reflexiva do passado brasileiro, podemos notar que pedaços da história foram destinados ao esquecimento, e demandas de minorias foram silenciadas.

³ Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-set-27/observatorio-constitucional-corte-interamericana-decide-vinculacao-jurisprudencia>>. Acesso em: 01/04/2015.

Desse modo, em 16 de maio de 2012, mais de vinte e cinco anos passados do fim da ditadura, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) surgiu como um avanço em busca da memória, apesar das dificuldades encontradas em sua constituição⁴, sendo instituída pela Lei 12528/2011, com a finalidade de apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. A Comissão buscou promover o entendimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e autoria dos crimes, mesmo os ocorridos no exterior; identificar e tornar público os principais locais e instituições relacionados à prática de violação dos direitos humanos; auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos; buscar a prevenção de violação de direitos humanos, promovendo a reconciliação nacional; reconstrução de casos de graves violações, colaborando com o oferecimento de assistência às vítimas.

O Brasil foi o último país da América Latina a implantar a Comissão Nacional da Verdade e essa somente foi estabelecida através do decreto da Corte Interamericana de Direitos Humanos em conjuntura com pressões políticas. Constata-se que, desde o ano de 1974, foram construídas 23 comissões na América Latina. A primeira foi realizada na Bolívia em 1982; na Argentina, iniciou-se com a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, em 1983; no Peru foi instaurada em 2003; no Chile, a Comissão realizou dois relatórios, 1991 e 2004.

Ao instaurar a Comissão⁵, a presidente Dilma Rousseff destacou a necessidade do Brasil em conhecer a totalidade de sua história, ressaltando o fato das investigações não serem movidas pelo ódio ou revanchismo. Ela pontuou que "a ignorância sobre a história não pacífica, pelo contrário, mantém latente mágoas e rancores". Ainda relatou:

⁴ Entre as dificuldades encontradas, está o fato de a CNV abranger a investigação de graves violações de direitos humanos sem especificar quem eram os violadores de tais direitos, do mesmo modo, o período selecionado não se refere exclusivamente ao período ditatorial. Somente em setembro de 2012, a CNV, por meio da resolução nº 2, conseguiu estabelecer de modo definitivo, que as graves violações de Direitos Humanos que examinavam eram as praticadas por agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado. Este fato define o principal marco legal da CNV.

⁵ Vídeo disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=5yPBt3GSJuM> > Acesso em: 01/04/2015.

O Brasil merece a verdade, as novas gerações merecem a verdade e, sobretudo, merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia. É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz. E quem dá voz à história são os homens e as mulheres livres que não têm medo de escrevê-la.

Torna-se importante tensionarmos o conceito de verdade proposto pela Comissão Nacional da Verdade. Afinal, a verdade é sempre não-toda e depende de cada sujeito. Para que possamos mantê-la, precisamos constituir uma ficção compartilhada que nos mostre o quanto estamos no campo da falta. Desse modo, a verdade depende sempre da narrativa ficcional, aquela que também pode sustentar o sujeito diante das construções históricas. Assim, aquilo que fica no campo do traumático fica sem registro, instigando o sujeito em uma construção ficcional que faça laço com o social (COSTA, 2011). Este sim torna-se um legado importante da Comissão, a busca da verdade do sujeito enquanto construção narrativa e ficcional.

A Comissão teve a duração de três anos, estendeu-se até 16 de dezembro de 2014. Seu trabalho foi embasado em várias visitas aos diferentes estados brasileiros e investigações baseadas em documentos, pesquisas e audiências públicas pautadas na escuta dos testemunhos e depoimentos das vítimas de graves violações de Direitos Humanos.

As Comissões da Verdade são produtos de negociações e correlações de forças políticas. Ressalta-se que, no Brasil, entidades, órgãos e igrejas elaboraram muitos relatos sobre os ocorridos na época da ditadura civil-militar. Todavia, a Comissão da Verdade tem função pública e é delimitada pelo poder do Estado. Assim, leva-se em consideração que cada Comissão trabalha de forma diferenciada, sem buscar fazer justiça, pois ela é formada por pessoas que visam à verdade, demarcando o testemunho, validando o assunto enquanto representantes do Estado e tornando-o conhecido pela sociedade (OROPEZA, 2012).

De acordo com os dados obtidos pela Comissão Nacional da Verdade, em 1964, no primeiro ano do regime civil-militar, pelo menos 50 mil pessoas foram presas no Brasil. Estima-se que, no período ditatorial, 11 mil pessoas

tenham sido acusadas em inquéritos das Auditorias Militares, sendo 5 mil condenadas, 1.792 por “crimes políticos” catalogados pela Lei de Segurança Nacional e 10 mil pessoas passaram pelos porões do DOI-Codi (CUNHA, 2014).

A Comissão Nacional da Verdade surgiu como uma forma de entendermos como o Brasil foi constituído historicamente, revelando as relações de forças que funcionaram em determinado momento e as repercussões que ocasionam para a atual sociedade. Assim, conhecer o passado é essencial para reconhecermos e entendermos as violações no presente, prevenindo repetições no futuro (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO, 2012).

De acordo com Cecília Coimbra (2010), a reparação por parte do Estado é um direito dos cidadãos que sofreram graves violações aos direitos humanos. No Brasil, essa tem sido realizada, principalmente, através da reparação econômica, porém ela só possui um sentido verídico quando é conjunta com um processo de esclarecimento e investigação das violações, publicitando e responsabilizando os agentes envolvidos nos fatos, garantindo atendimento médico e psicológico que propiciem a reabilitação física, social e psíquica. Todavia, se todo esse processo não ocorre de forma conjunta, a reparação econômica pode ser encarada como um modo de ‘calar a boca’ dos atingidos e das vítimas, produzindo o esquecimento do que foi o terrorismo de Estado e seus efeitos atuais, decretando o silenciamento, como se o possível tivesse sido feito.

Até o momento, as pessoas que tiveram seus direitos violentados ao longo da ditadura civil-militar possuem um grande desafio, não ocupar o lugar de vítima, esquecida, mas também não fortalecer o da vítima que tem direito à vingança e se alimenta do ódio reativo, devendo haver um grande cuidado com possíveis modos de espetacularizações da violência sofrida. Coimbra (2010) pontua que o slogan ‘transforme sua dor em um instrumento de luta político-social’, tem ajudado muito nesse embate, pois, desse modo, há uma afirmação da força que tais sofrimentos trazem. Assim, a publicitação e a disseminação do assunto no espaço público e a coletivização da luta possibilitam que os danos sofridos sejam lembrados e reparados, sem que haja revitimizações.

Dessa forma, tornar pública as experiências, os sofrimentos e as lutas que a história esqueceu e/ou recalçou é fundamental na elaboração dos traumas sociais. A partir dessa perspectiva, acredita-se na importância de todo fenômeno social traumático ser inscrito e elaborado no nível coletivo através da narração, do testemunho e do resgate da memória. Conforme Rosa (2002, p. 47), a oferta de uma forma de escuta “supõe romper barreiras e resgatar a experiência compartilhada com o outro, deve ser uma escuta como testemunho e resgate da memória”.

Nessa via, a Comissão teve grande importância, pois sua criação implicou a responsabilização do Estado brasileiro por uma estrutura de violência, perseguição, morte e desaparecimento. Resgatou a memória e história brasileira, reconhecendo a narrativa dos sujeitos que tiveram seus direitos humanos violentados e ressaltou a importância do testemunho como forma de escuta de tais histórias marcadas pelo inaudível. Muitos dados demonstrados pela Comissão já haviam sido apontados por organizações como o *Grupo Tortura Nunca Mais*; *Comissão de mortos e Desaparecidos Políticos*; *Comissão da Anistia*; *Brasil Nunca Mais*, mas agora ganharam o reconhecimento do Estado.

De acordo com os Relatórios da Comissão Nacional da Verdade⁶ (2014) foram apontados 377 agentes como responsáveis pelos crimes ocorridos no período ditatorial. Constatou-se que o regime deixou 191 mortos e 243 desaparecidos, desses últimos, 33 foram identificados ao longo das últimas décadas. A própria Comissão conseguiu identificar os restos mortais de apenas dois desaparecidos políticos. Os dados trazidos pela CNV não esgotam a lista de mortos e desaparecidos políticos, já que novas investigações futuras ainda devem ser realizadas.

O regime ditatorial buscou se eximir da responsabilidade do assassinato de tais presos políticos, elaboraram versões oficiais falsas para mortes principalmente quando realizadas sob tortura. Dessa forma documentos oficiais de morte, certidão de óbito e laudo cadavérico, emitidos pela ditadura, foram

⁶ Foram colhidos 1.121 depoimentos e realizadas 80 audiências e sessões públicas pelo país. A Comissão visitou sete unidades militares e locais utilizados pelas Forças Armadas para a prática de tortura e outras violações de direitos humanos.

somente levados em consideração pela CNV quando os restos mortais foram encontrados ou identificados.

As maiores informações sobre mortos e desaparecidos durante a ditadura vieram da busca incessante dos familiares por informações. A maior parte dos acervos disponíveis foram consultados, além da escuta de ex-presos, sobreviventes de tortura, familiares e agentes da repressão. Porém, apesar do grande esforço a maioria dos casos continuam sem resoluções.

As lacunas dessa história de execuções, tortura e ocultação de cadáveres de opositores políticos à ditadura militar poderiam ser melhor elucidadas hoje caso as Forças Armadas tivessem disponibilizado à CNV os acervos do CIE, CISA e Cenimar, produzidos durante a ditadura, e se, igualmente, tivessem sido prestadas todas as informações requeridas (...). As autoridades militares optaram por manter o padrão de resposta negativa ou insuficiente vigente há cinquenta anos, impedindo assim que sejam conhecidas circunstâncias e autores de graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar. (BRASIL, 2014c, p. 35-36)

Diante do trauma social, a política do silenciamento e esquecimento instaurada no Brasil acaba por perpetuar para além do limite da simbolização a história de uma sociedade. O trauma, enquanto definição do real não simbolizado, produz sintomas de repetição. Assim, quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos deste trauma e busca apagá-lo da memória, o recalque coletivo produz repetições em grandes proporções (KEHL, 2010).

De acordo com Kehl (2012), o Brasil foi o único país da América Latina que obteve um aumento no número de assassinatos cometidos pelas polícias militares após o término da ditadura civil-militar. Assim, o mal-dito, criado em torno das violências exercidas na ditadura civil-militar brasileira, permite que ela deixe enormes consequências na nossa sociedade.

Através do terrorismo de Estado que se estabeleceu por meio de violências, torturas e mortes morreram também ideais, projetos de vida, sonhos e o potencial criativo. Assim, uma geração foi mutilada em sua capacidade de questionar e refletir, restando um legado arbitrário e de impunidade que se perpetua na construção da democracia. Como herança às próximas gerações restou o medo, o silenciamento e a repetição dos atos violentos.

A violência, quando intraduzível, pode passar a ser transmitida e a se constituir como um fantasma entre o sujeito e seus ascendentes, demarcando uma brecha a ser resolvida e preenchida, ou quem sabe, sanada.

Esses “passados em silêncio”, ou “mantidos em segredo”, esses “restos insensatos” de um acontecimento inaceitável estão fora de um trabalho psíquico, mas vão obstruir a psique do sujeito e do grupo, permanecendo em estado bruto, consagrados à repetição e oferecidos às identificações da criança, geração sucessora (...). (BAÜMER; TRACHTENBERG; KAHL, 2005, p. 387-388)

Muitas das violências exercidas no período ditatorial persistiram ao longo dos anos. Torturas, prisões indevidas, mortes e desaparecimentos continuaram a ser presentes, porém, hoje o inimigo interno é determinado e julgado conforme o critério dos agentes estatais, sem levar em consideração os direitos dos cidadãos. Desse modo, o medo continua a ser instaurado enquanto política pública, passamos dos subversivos aos bandidos, e, através das inúmeras formas atuais de asfixia, afogamentos e choques elétricos, as violências foram perpetuadas.

A CNV fez a proposição de algumas recomendações ao Estado Brasileiro referente a formas de reparações e justiça às violações ocorridas na ditadura, mas também às atuais violências exercidas pelo Estado. Estão entre elas: reconhecimento, pelas Forças Armadas, de sua responsabilidade institucional pela ocorrência de graves violações aos direitos humanos; responsabilização jurídica – civil, criminal e administrativa – dos agentes públicos que causaram graves violações, afastando-se da interpretação usual referida à Anistia; proibição de eventos oficiais que comemorem o golpe militar de 1964; modificação do conteúdo curricular das academias militares e policiais para promoção da democracia e direitos humanos; mecanismos de prevenção e combate à tortura; desvinculação dos institutos médicos legais e dos órgãos de perícia criminal da secretaria de segurança pública e das polícias civis; garantia de atendimento médico e psicossocial às vítimas de graves violações de direitos humanos; desmilitarização das polícias militares estaduais; prosseguimento das atividades voltadas à localização, identificação e entrega aos familiares ou pessoas legitimadas, para sepultamento digno, dos restos

mortais dos desaparecidos políticos; preservação da memória e fortalecimento da política de localização e abertura dos arquivos da ditadura.

Podemos afirmar que a CNV possibilitou apenas um início do enfrentamento às violações dos direitos realizadas pelo Estado, no período ditatorial e em seus resquícios na nossa construção democrática. Assim, existe uma necessidade de continuação do trabalho e da implantação de uma justiça de transição que preze pela memória, justiça e a reparação, esclarecendo e analisando os modos como uma sociedade encara seu legado de violência e autoritarismo.

Devemos ressaltar que ainda não sabemos os reais efeitos que a atuação e as recomendações da Comissão provocarão na sociedade brasileira, já que ela foi finalizada há poucos meses. Contudo, podemos afirmar que sua atuação propôs uma retomada do passado e da memória, um passo a mais no fortalecimento da democracia, trabalhando no contra-fluxo do “cale-se” que ainda hoje insiste em gerar mal-estar e repetições em nossa sociedade. Porém, não devemos esquecer, parafraseando a letra de Chico Buarque e Gilberto Gil, que existem muitas pessoas que ainda lançam gritos desumanos como maneira de serem escutadas e recebem como resposta a perpetuação do excessivo e do silenciamento.

2. O TRAUMÁTICO E A TRANSMISSIBILIDADE: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE

2.1 A violência e a tortura: o que resta do horror?

Durante o meu mergulho na temática da ditadura, participei de vários encontros onde estavam presentes ex-presos políticos. Em muitos momentos, alguns deles prestaram seus relatos sobre os sofrimentos e as violências às quais foram submetidos. Sentiam vontade de compartilhar a sua experiência naquele grupo, narrando e testemunhando sobre o encontro excessivo com o mortífero imposto pelo Outro.

Compartilho aqui uma das narrativas que pude testemunhar de Nilce Azevedo Cardoso⁷, ex-integrante da Ação Popular (AP) e ex-presa política. Para a Comissão Estadual da Verdade do RS, Nilce relatou, entre outros assuntos, sobre a tortura sofrida e as rupturas físicas e psíquicas:

Me pegam pelo cabelo, esmurram, esmurram, esmurram, e aí me quebram até o externo, e aí começaram os choques. Eles vão botando fio em um lugar, noutro, noutro, noutro, não tem nenhum lugar que eles não tentaram dar choque. Nós tínhamos uma posição que era diferente das de outros grupos, que era ficar quieto até a morte. Aí eles resolvem me colocar no pau-de-arara, dois cavaletes, uma coisa simples, dois cavaletes e um pau. Eles penduram a gente ali e a gente fica ali jogada, indescritível o que acontece naquele momento, porque você está entregue, eles fazem o que quiserem com o seu corpo.

O corpo, não é o corpo, não é uma pessoa, é um nada... Gritar, berrar, tô morrendo... [...], acho que tem que fazer mesmo, mas eu não conseguia fazer isso não [...]

Muda fiquei, aí eles resolveram me queimar por dentro, não é só uma coisa dolorida, mas que eu quero deixar registrado para que nunca mais aconteça, porque é um absurdo. Eles queimaram todo o meu útero com choque, mas para isso vocês imaginam, que eles enfiavam a mão, estupro é pouco em uma hora dessas, a gente pendurada com todos os genitais a mostra para que eles fizessem o que quisessem, e faziam o que tinham vontade, o sangue começou a jorrar e eles colocaram uma bacia embaixo para poder não ficar tão suja a sala. Eu passei oito dias em coma.

⁷ Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=l1zld0Vrques>> Acesso em: 01/04/2015 (Transcrição nossa).

Trata-se de uma fala difícil de ser enunciada, pausada e inundada pela emoção; carregada pelo indizível que o traumático inscreve, mas sempre escapa de ser representado. Quando escutei e testemunhei tal narrativa fiquei tomada pelo horror do mortífero interpelado pelo Outro violador. Aquela violência, compartilhada tornou-se o único assunto possível durante os meus dias seguintes. Fui movida pelo enorme desejo de transmiti-la aos outros, já não suportava mais que ficasse somente comigo. Quando houve uma oportunidade a narrei e também fui tomada pela fala pausada, a voz embargada e a emoção. Testemunhei e compartilhei tal experiência que naquele momento já era um pouco minha também. Pude sentir a dificuldade de falar, mas também a de escutar, compartilhada agora pelos meus colegas de pesquisa. Alguma transmissão havia sido feita, um leve apaziguamento se impôs.

Ao longo de seu relato, Nilce ainda fala: “Vocês não pensam que para vir falar aqui eu dormi tranquilamente esses dias. Eu não dormi nada porque eu ainda, apesar de quase 20 anos de análise e de divã, eu não consigo ter uma tranquilidade”.

O relato de Nilce demarca as inúmeras violências a que muitos brasileiros foram submetidos por dias, meses ou até mesmo anos durante o período ditatorial. A constante violência e humilhação pode ser geradora da dessubjetivação do sujeito. O homem quando vivencia tais situações de extrema violência passa a ser visto de modo dessubjetivado, ficando exposto à *vida nua*, uma vida biológica desprovida de condições humanas sendo situado no campo do inominável (AGAMBEN, 2002).

Os militantes que foram considerados subversivos tornaram-se uma espécie de *homo sacer* ao serem reduzidos à condição de seres viventes, destituídos de seus direitos e do lugar de pertencimento à polis. Desse modo, poderiam ser manipulados cruelmente e até mortos, pois os assassinos continuavam a viver, sem serem afetados pelo crime que praticaram. Conforme Agamben (2002, p. 189), o sujeito *homo sacer* é aquele que:

Foi excluído da comunidade religiosa e de toda a vida política: não pode participar dos ritos de sua gens, nem (se foi declarado infamis et intestabilis) cumprir qualquer ato jurídico válido. Além disto, visto que qualquer um pode matá-lo sem cometer homicídio, a sua inteira existência é reduzida a uma vida nua, despojada de todo direito, que ele pode somente salvar em uma perpétua fuga ou evadindo-se em um país estrangeiro.

Nos porões da ditadura, assim como nos campos de concentração da II Guerra Mundial, foram aplicadas inúmeras formas de torturas que visavam estritamente o apagamento subjetivo. Entre as técnicas de torturas no Brasil, estavam o choque elétrico, cadeira do dragão, pau-de-arara, espancamentos, soro da verdade, afogamentos, ameaças e torturas estendidas aos membros da família.

Primo Levi (1988) fala de tal situação vivenciada pelos prisioneiros de Auschwitz na II Guerra Mundial, onde os mesmos perderam a capacidade de reagir, indignar-se e temer; naquele espaço tornaram-se seres autômatos. Assim, os campos de concentração e extermínio eram laboratórios do terror totalitário, que visavam à dominação total do indivíduo, através de torturas que não geravam a morte, mas conseguiam que a vítima tivesse reações previsíveis e mecânicas (ARENDDT, 2006).

Em relação aos campos de concentração, Arendt afirma:

Os campos destinam-se não apenas a exterminar pessoas e degradar seres humanos, mas também servem à chocante experiência da eliminação, em condições cientificamente controladas, da própria espontaneidade como expressão da conduta humana, e da transformação da personalidade humana numa simples coisa, em algo que nem mesmo os animais são... (ARENDDT, 2006, p. 488-489)

Os campos de concentração autorizavam a instrumentalização do outro de modo perverso, assim como os centros clandestinos de detenção da ditadura, representantes máximos da violência do poder estatal. Quando um preso ia para um desses centros, despiam-se de sua dignidade, havendo uma perda dos seus direitos primordiais, anunciando a sua morte simbólica para a sociedade, e principalmente o assujeitamento, a *vida nua*.

O psicanalista Helio Pellegrino⁸ definiu a tortura como uma forma de cisão entre o corpo e a mente gerando um conflito, onde o corpo passa a ser visto de modo estrangeiro ao sujeito. O torturador visa acabar com a condição de sujeito livre do torturado, impondo o avesso da liberdade.

A tortura destrói a totalidade constituída por corpo e mente, ao mesmo tempo em que joga o corpo contra nós, sob forma de um adversário do qual não podemos fugir, a não ser pela morte. A tortura transforma nosso corpo [...] em nosso torturador, aliado aos miseráveis que nos torturam. [...] O corpo, sob tortura, nos tortura, seja a que preço for. Ele se torna [...] o porta-voz dos torturadores. (PELLEGRINO, 1989, p. 19-20)

A prática de tortura não tem por objetivo fazer falar, e sim calar, já que propõe por meio da dor, humilhação e degradação a transformação das pessoas em coisas e objetos. Assim, a resistência baseia-se na busca em não perder a lucidez, sem permitir que o torturador entre na alma, espírito e inteligência do torturado (CHAUÍ, 1987).

Sobre as experiências de tortura realizadas pela Gestapo durante a Segunda Guerra Mundial, Semprun (1995, p. 112-113) escritor da obra *A escrita ou a vida*, afirma:

De súbito, meu corpo tornou-se problemático, soltou-se de mim, viveu dessa separação, pra si contra mim, na agonia da dor.
(...) Meu corpo sufocava, enlouquecia, pedia por favor, ignóbil. Meu corpo afirmava-se numa insurreição visceral que pretendia me negar enquanto ser moral. Pedia-me que capitulasse diante da tortura, exigia-o. Para sair vencedor desse embate com meu corpo, eu precisava subjuga-lo, dominá-lo, abandonando-o aos horrores da dor e da humilhação.

O corpo violentado pela tortura rompe com a perspectiva de manter vínculos afetivos e psíquicos. Tal sujeito passa a ser objetalizado e vivencia situações de quebra de vínculos, ocasionando rupturas diante das possibilidades simbólicas de processos psíquicos e de convívio que implicam a convivência com o outro (CONTE, 2014).

⁸ Pellegrino era um grande ativista político. Fundou a União Democrática Nacional (1944), a Esquerda Democrática ligada ao Partido Comunista (1946) e anos mais tarde contribuiu para a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), discursou na Passeata dos Cem Mil e participou da Comissão dos Cem Mil. Em 1969, foi preso pelo regime militar acusado de ser líder comunista.

Lúcia Murat, ao testemunhar na Comissão Nacional da Verdade em maio de 2013, falou:

O horror da tortura é indescritível, a brutalidade do que se passa a partir daí confunde a memória(...). Lembro como se fossem flashes sem continuidade, logo que comecei apanhar, as lembranças são confusas e a tortura era dirigida para o aniquilamento; o objetivo era, pouco a pouco, nos anular como pessoas e como militantes, e eles inventaram um método tão perverso, em que aparentemente nós não reagimos, como se fôssemos cúmplices da nossa própria dor, e essa tortura durava horas ou noites, não sei bem. Era considerado um método de aniquilamento progressivo e foi realmente o período em que eu mais me senti desestruturada, mais do que em toda loucura dos primeiros dias, porque você já sabe o que é a tortura e ela parece que nunca vai ter fim, e eu tinha apenas 22 anos. (CONTE, 2014, p.37)

Diante da situação de tortura imposta pelo Estado, o sujeito passa a ter o seu direito de morte retirado, restando uma impotência. Nessa via, já não existe mais o poder de escolha entre a vida ou a morte, surgindo apenas uma experiência inominável e a busca incessante de nomear minimamente o traumático.

Dessa forma, podemos dizer que a violência propicia a capacidade de paralisar as diferentes formas de vida, deixando muitos mudos e estáticos e jogando suas vítimas no 'completo desamparo'. Assim em muitos momentos, não sabem o que dizer, pensar ou imaginar, restando um silêncio inquietante que anuncia a ferocidade do trauma (SOUSA; TESSLER, 2004).

A violência é uma experiência em que a pulsão de destruição é extrema e que objetiva aniquilar o tempo psíquico. Após sua devastação, resta apenas aquilo que conseguiu sobreviver às torturas, aos desaparecimentos forçados, os corpos batidos e violentados (ENDO, 2011).

Trago aqui Carlos Araújo, ex-presos político, que relata sobre a sua prisão em 1970, o horror instaurado pela tortura e a morte como uma tentativa de sair da objetualização imposta. Ele relata:

Fui pro pau, pra tortura, fiquei um dia e vi que não teria condições de aguentar. A única coisa digna a fazer era me matar, não tem outra postura digna, até porque qualquer pessoa, eu acho, que entre a tortura continuada e sem fim e a morte, opta pela morte. Eu optei pela morte. Falei que eu ia me encontrar naquele outro dia de manhã, isso de noite, com o 'Lamarca'. Me tiraram do pau de arara, trouxeram enfermeiros, porque a gente não fica de pé. [...] Eu dizia para mim, ali na tortura, que iria me matar. Escolhi uma rua tranquila pra me matar, eu dizia pra mim mesmo: 'eu sou tão covarde que amanhã vou chegar lá e não vou me matar'. Pois bem, no outro dia me coloco nesse lugar [...] Eu comecei a contar os minutos mentalmente e dizia para mim mesmo 'tu não vai te matar, e tu não vai aguentar o tirão agora que vem de lá vai ser pior ainda', e aquilo era angustiante e você não sabe o que fazer, a jamanta, ônibus passando, passava tudo que era tipo de carro. Só ali que eu tive, nos últimos minutos, eu acho, uma ideia. A minha possibilidade, a minha única chance, era me atirar embaixo de um carro e não morrer. Teria que ficar bastante ferido, senão vai continuar no pau de arara do mesmo jeito. Aí eu olhei o primeiro carro que vinha e me lembrei, eu vou me atirar embaixo de um DKW. Um carro que era altinho. E vinha um DKW, eu olhei, é muito pesado, eu vou morrer. Vou entrar embaixo de um 'fuca', aí vinha um 'fuca' e digo, não dá porque é muito baixinho, eu vou morrer. Estou naquela coisa e surge uma Kombi só com um cara dirigindo, me atirei embaixo da Kombi, no desespero, né, não teve ato de heroísmo isso, era o desespero pra fugir de não ir pra tortura, no meu ponto de vista. (A HISTÓRIA..., s/a, p 28-29)

Naquele momento, Araújo enxergou como a única possibilidade de escolha, diante do aniquilamento imposto pelo Outro, o suicídio, tal como outros militantes que carregavam cápsulas de veneno para dar fim a suas vidas no momento da prisão. Porém, Araújo quase em vias de realizar o fato, percebeu que se atirar em frente a um carro e machucar-se, mas sem morrer, seria um meio de ser menos torturado. Dessa maneira, foi levado pelos militares ao hospital e conseguiu oito dias sem tortura.

Em situações terrificantes ocorre a desmoralização da experiência e da fala, o corpo passa a ser um instrumento ou obstáculo desimportante (ENDO, 2005). Um corpo que foi torturado é um corpo que teve seu controle roubado, pois foi dissociado do sujeito e transformado em objeto nas mãos de um outro poderoso, assim, ficando assujeitado ao gozo do outro. Desse modo, resta ao sujeito torturado o silenciamento como a última forma de domínio sobre si até o

limiar da morte, restando o grito perante a dor que evoca o terror daquilo que foi vivenciado (KEHL, 2010).

Sob tortura, o corpo fica assujeitado ao gozo do outro que é como se a “alma” – isso que, no corpo pensa, simboliza, ultrapassa os limites da carne pela via das representações – ficasse à deriva. A fala que representa o sujeito deixa de lhe pertencer, uma vez que o torturador pode arrancar de sua vítima a palavra que ele quer ouvir, e não a que o sujeito teria a dizer. (KEHL, 2010, p. 131)

A experiência de violência emudece, esteriliza e cala, demarcando o traumático e o irrepresentável. Um lugar em que a linguagem, a possibilitadora do reconhecimento da diferença, fracassa, pois foi sobreposta por uma ação absoluta e radical instaurada pela violência (ENDO, 2005).

Conforme Benjamin, a experiência geralmente enraíza-se sobre o corpo na busca de reconhecimento, porém, diante das experiências terríficas, pode haver um esvaziamento de tal dimensão. Rastros na construção identificatória do sujeito são deixados para trás, ocorrendo um empobrecimento do valor da experiência e de sua transmissão (BENJAMIN, 1933).

Nessa via, Blanchot situa a experiência-limite como a resposta que o homem encontra quando é posto radicalmente em questão. Tal experiência pode ser proporcionadora da perda do eu, possibilitando o encontro com o nada e a experimentação daquilo que o levaria à destruição real, um modo de dissociação e de transformação do sujeito em outra coisa. Esta experiência é ligada ao campo da linguagem, campo do qual o sujeito fica excluído, portanto, colocando em questão a categoria sujeito (BLANCHOT, 2007).

A experiência-limite é a experiência daquilo que existe fora de tudo, quando o tudo exclui todo o exterior, daquilo que falta alcançar, quando tudo está alcançado, e que falta conhecer, quando tudo é conhecido: o próprio inacessível, o próprio desconhecido. (BLANCHOT, 2007, p.187)

Nesse sentido, a experiência-limite excede o caminho da possibilidade e desconhece o sentido de “acabado”, para esta experiência não há saída. Ela é “sem suficiência, e apenas tal que libera de seu sentido o conjunto das possibilidades humanas e todo saber, toda fala, todo silêncio e todo fim, até esse poder morrer de que tiramos nossas últimas verdades” (BLANCHOT, 2007, p.191). Desse modo, no enfrentamento com tal experiência, há um

embate com tudo aquilo que fica no campo do impossível, inexplicável e inenarrável. O sujeito, apesar de ter desejo, não pode escolher e, assim, volta de tal encontro sabendo menos sobre si.

Semprum (1995, p. 24), sobrevivente de um campo de concentração da II Guerra Mundial, afirma sobre a vivência excessiva, ter:

A sensação repentina, muito forte, de não ter escapado da morte, mas de tê-la atravessado. Ou melhor, de ter sido por ela atravessado. De tê-la vivido, de certa maneira. De ter retornado como se retorna de uma viagem que nos transformou: transfigurado, talvez.

(...) De súbito, intriga-me, excitara-me até, o fato de que a morte não estivesse mais no horizonte, bem em frente, como o paredão imprevisível do destino, aspirando-me para a sua indescritível certeza. Que ela já estivesse no meu passado, gasta até a lona, vivida até a última gota, seu bafo cada dia mais fraco, mais longe de mim, na minha nuca.

A violência ganha proporções maiores que nós mesmos; assim, quando tentamos arrancar seus possíveis véus, uma muralha se ergue para que não a penetremos. Desse modo, acredita-se que aquilo que vivemos numa dimensão catastrófica ou terrorífica nos amedronta e horroriza, tanto quanto envergonha (ENDO, 2005). Gagnebin (2000, p.106) pontua que "... o horror enxergado não é somente tão inesquecível quanto irrepresentável (...) ele possui uma estranha força de contaminação, que suja e marca de vergonha os olhos que o viram".

Aqueles que sobrevivem à violência, muitas vezes, acreditam que não deveriam ter presenciado tal cena terrorífica, como se suspeitassem de serem cúmplices e voyeurs, assim, não conseguem mais distinguir entre seu papel e a tarefa de testemunha (GAGNEBIN, 2000, p.106). A culpa diante o fato de ter conseguido salvar somente a si mesmo permanece enquanto uma impropriedade e um desprezo. Situação revitalizadora do trauma e impositiva da repetição compulsiva da dor, impossibilitando a transformação de tal experiência em lembrança e passado (ENDO, 2005).

Na experiência traumática, o horror demarca aquilo que é impensável e impronunciável, petrificando o sujeito em tal posição. Aos sobreviventes, o trauma aparece carregado de angústia e culpa, mas, quando o sujeito encontra a possibilidade de narrar, já não está mais no campo do horror e sim de uma possível historicização.

Frente à experiência terrorífica, imposta pela tortura, torna-se sofrido o processo de narrativa e de testemunho. Tal fato é perceptível pela intensa experiência de escuta testemunhal dos relatos de tortura da Nilce, apresentados anteriormente. Sentir o sofrimento que causou na narradora, bem como o horror que senti e que fora, também, despertado nos demais espectadores, fez com que houvesse um compartilhamento da dificuldade de narração e por consequência de escuta e transmissão.

2.2 O traumático e a potência do testemunho

Ao falarmos da tortura, torna-se impossível não adentrarmos no campo do traumático e seus meandros, afinal a violência demarca a radicalidade do trauma. Devemos pensar o trauma como um choque violento que exclui o sujeito, negando a capacidade de dominá-lo e elaborá-lo psiquicamente. Nessa via, o traumatismo se impõe como uma temporalidade de ruptura que invade e marca temporalmente um instante, mas que não é fácil de ser esquecido, perpetuando o silenciamento e o amordaçamento da palavra (SOLER, 2004).

Freud, em suas reflexões sobre a Guerra, afirma que o Estado autorizou muitos excessos de violências sobre os corpos dos combatentes e instituiu a extração da fala até que ocorresse o mais completo esvaziamento, o momento em que dizê-la não faria mais qualquer sentido (ENDO, 2005). Os neuróticos de Guerra sofriam choques elétricos como formas de aprisionamento em seus próprios corpos até que respondessem apenas com obediência. Assim, Freud já alegava que o ataque ao corpo era um meio de interromper a linguagem, instaurando a dessubjetivação do sujeito e privando-o dos lugares onde ele se constitui (FREUD, 1920).

O sujeito que vivencia o trauma encontra-se despreparado para tal situação inesperada; até que os mecanismos de defesas surjam, poderá vivenciar pânico, terror, confusão psíquica (COSTA, 2003). O terror psíquico representa o momento em que o ego busca proteger o corpo, porém percebe-se impotente e incapaz. Sendo assim, Freud afirma:

Nas neuroses traumáticas comuns se destacam dois aspectos que poderiam ser tomados como ponto de partida da reflexão: que o centro de gravidade da causação parece situar-se no fator surpresa, no terror, e que um simultâneo dano físico ou ferida dificulta, na maioria dos casos, a produção de uma neurose. (FREUD, 1920, p. 12)

Dessa forma, a realidade traumática é essa porção incapturável que marca uma insuficiência na articulação entre corpo e ego, ativando as defesas psíquicas na busca de propor a sobrevivência. O excesso gerado forma uma grande perturbação na economia energética do organismo e coloca em ação todos os meios de defesa, assim o princípio do prazer fica abolido (FREUD, 1920).

Desse modo, o ego fixa-se ao trauma. Freud, em 'Além do princípio do prazer', enuncia:

Um acontecimento como o traumatismo externo produzirá sempre uma grave perturbação na economia energética do organismo e porá em movimento todos os meios de defesa. Mas é o princípio do prazer o primeiro a ser posto fora de combate. Como não é mais possível impedir a invasão do aparelho psíquico por grandes quantidades de excitação, só resta ao nosso organismo uma saída: dominar a excitação, ligar psiquicamente as somas de excitação que penetraram através do rompimento para, em seguida, liquidá-las progressivamente. (FREUD, 1920, p.36- 37)

A compulsão à repetição da dor, do sofrimento e do desprazer são respostas às inúmeras tentativas de ligar esse excesso e dominá-lo, tal remissão gera sofrimento e opera o princípio da sobrevivência e da realidade. Trata-se da realidade excessiva do trauma que coloca em questão a vida do corpo e do ego.

Assim, os sonhos traumáticos, a compulsão à repetição, a mutilação do corpo físico, a pulsão de dominação e destruição acabam ocupando o lugar de defesas egóicas, refazendo o caminho desconhecido do trauma, propiciando a revivência das mesmas dores e sofrimentos psíquicos que já foram vividos como insuportáveis. O sujeito perante o objeto violentador pode tentar aluciná-lo, projetá-lo, congelá-lo e introjetá-lo, evocando-o repetidamente, mas com o objetivo de mantê-lo imóvel e neutralizar o seu poder de destruição (COSTA, 2003).

Nesse sentido, conviver com o traumático é uma forma de perpetuar as condições excessivas que o propiciaram, sem que haja a possibilidade de inscrição simbólica do mesmo, repetindo compulsivamente o que traumatiza, produz dor e sofrimento. Sendo também uma forma de viver sob o princípio da sobrevivência, onde há a busca pelo idêntico como modo de reduzir a possibilidade do susto e do choque (ENDO, 2005).

Ao ego perdura o sentimento de culpa por ter abandonado algumas necessidades psicologicamente vitais pautadas pelo princípio de prazer, em busca da própria sobrevivência. Dessa forma, há uma violência superegógica que incide sobre o ego enfraquecido, culpando-o por ter sobrevivido, pagando com a renúncia ao prazer (FREUD, 1920).

Em *Inibição, Sintoma e Angústia*, Freud (1926/1996) postula que o traumático relaciona-se com o desamparo psíquico frente ao excesso de excitação, vindo de origem externa ou interna, e assim gera angústia, impossibilitando o processo de simbolização.

Freud (1920) admite a angústia como consequência direta do fator traumático. A surpresa do trauma pesa de forma negativa sobre o psiquismo, pois há uma articulação entre o perigo real vindo do exterior e a percepção de um perigo interno que se articulam entre si e ocasionam a situação angustiante de perigo. Desse modo, a angústia é um sinal de alerta contra o perigo das excitações pulsionais que representam uma situação traumática para o eu, já que o sujeito não possui recursos para lidar com esses elementos inconscientes perturbadores.

Portanto, o trauma demarca um evento transbordante que vai além dos limites da nossa percepção, podemos pensá-lo enquanto algo sem forma que ultrapassa e destitui os limites de contorno. Algo que não é inscrito, pois o processo de simbolização torna-se impossível, demarcando o não-saber a respeito de si mesmo, quem sou, se estou vivo ou morto (FUKS, 2010). De outro modo, quando ocorre a produção de limites e bordeamentos demonstra-se que houve algum tipo de elaboração.

Segue o relato de Tapajós, ex-presos político:

Anos e anos, dogmas e drogas depois, carrego as culpas, sofro calado, sozinho, tento entender, lambo feridas, ouço versões falsas de vivência minhas, testemunha privilegiada de uma saga, a dos que não se calaram. Dependo da seringa, dependendo da brasa, da sorte, da adrenalina, do acaso que protege meu sono na praça, da coragem de uma confissão. (TAPAJÓS, 1977, p. 202)

Rosa (2002) acredita que o trauma é possibilitador de um tempo subjetivo que proporciona como resposta a perpetuação da angústia, a repetição do silêncio ou o impedimento dos processos do luto. De acordo com Berta e Rosa (2006), amparadas nos conceitos lacanianos, a angústia é um sinal do Real, aquilo que demarca o que é impossível de ser articulado em significantes ou simbolizado.

Lacan em seu Seminário “A angústia”, pontua:

O encontro com situações que evocam esse desamparo inicial provoca angústia, não como manifestação sintomática (caso da angústia neurótica em Freud), tampouco como fuga, mas como um tempo no qual o sujeito custa a se localizar e que, por esta razão, é vinculado ao sentimento de estranheza, o *unheimlich* freudiano. (LACAN, 1962-1963, p. 54)

Este tempo, no qual o sujeito custa a se localizar, causa efeitos na posição subjetiva e no laço social. Em muitos momentos, há uma suspensão temporária do sujeito como um modo de resguardo ante a posição de resto na estrutura social, esta suspensão não se configura como uma modificação estrutural, porém pode perdurar a vida inteira como uma proteção necessária para sobrevivência psíquica (ROSA et al., 2009).

Um sujeito que sofreu um trauma acaba por desfazer representações, vínculos e oportunidades de estar como o outro, dessa forma, se destituiu e foi destituído do lugar de sujeito. A vivência de tais situações de extrema violência podem depositá-lo nesse apagamento subjetivo imposto à margem do ideal esperado pela sociedade, dando-lhe um lugar de exclusão, invisibilidade, e assim, produzindo um desamparo social e discursivo. Desse modo, o destino destes sujeitos acaba por ser o de estar em um não-lugar e identificar-se ao objeto-resto (ROSA; POLI, 2009). Situando, conforme Agamben (2005), aquele sujeito que torna-se impossível de olhar, mas que não há possibilidade de não ver, perfaz uma imagem absoluta.

Muitos sujeitos violentados apresentam dificuldade em falar, transmitir e comunicar sobre a dor física. Tais histórias tornam-se difíceis de serem contadas, pois os sujeitos perderam suas condições de desejantes e o direito a singularizar-se, sendo privados do direito de dar seu testemunho referente ao lugar indiferenciado e atemporal que foram jogados (ENDO, 2011).

O trauma sem elaboração instaura efeitos devastadores na vida psíquica de modo longo e duradouro. Acontecimentos triviais podem acionar o ressurgimento do traumático de modo tão mortífero quanto foi o acontecimento que o gerou. Junto com as lembranças existem silêncios e não-ditos que não caem no campo do esquecimento e, assim, encontram-se em constante deslocamento. Lembremos aquilo que não pode ser falado, também não pode ter descanso, e, quando isso acontece, as feridas continuam sendo transmitidas sem cicatrizações de geração em geração (KUPFERBERG, 2011).

Nesse sentido torna-se de grande valia pensarmos no processo de transmissão do traumático. De acordo com Ana Costa (2011), a transmissão, acima de tudo, deve possibilitar que o registro da perda seja compartilhado com o outro, assim, propiciando a experiência e a construção de uma ficção em comum diante do horror do trauma. Porém, se a perda for submetida à antecipação e algo estranho colar nela, ocorrerá uma forma de silenciamento do sujeito.

Devemos lembrar que, em algumas situações, o processo de transmissão pode ser veiculado através da transferência do sintoma pelas gerações que sofreram o trauma, por meio de invasões violentas de informações psíquicas que não preservam os espaços ou as bordas subjetivas do outro. Tal processo só poderá ser interrompido no momento em que houver o luto pelas perdas sofridas. Desse modo, é através da rememoração do mundo perdido que surge a possibilidade de cessarmos a silenciosa e obsessiva repetição do traumático como forma de proteção. Aquilo que foi transmitido de forma inconsciente pelas gerações anteriores precisa ser metabolizado, tornando possível uma construção de uma nova história (LEVY; KUPFERBERG, 2009).

Diante do trauma, ocasionado pela intervenção do Outro totalitário que reduz o sujeito a restos e apaga as marcas da subjetividade, torna-se necessário uma elaboração que proporcione a reconstrução de um lugar

discursivo, por meio da reconstrução da história, permitindo, desse modo, o luto e uma reinterpretação do passado (ROSA et al., 2009). Recordar, repetir, elaborar é a proposta freudiana para o processamento dos sintomas que se organizaram para dar conta da dor, dos conflitos e dos momentos de desamparo.

Torna-se relevante que reconheçamos, em âmbito social, o emudecimento do sujeito, indo contra a ideia da construção de um tabu inviolável, ou um segredo individual e coletivo. Além disso, na mesma via, que possamos acreditar na importância de uma mudança de posicionamento, pois, assim, o acontecimento não fica encerrado na subjetividade individual de quem sofreu podendo ser entendido e quem sabe estancado em sua repetição (ENDO, 2005).

Primo Levi (1990) chama a atenção para a necessidade de comunicabilidade enquanto modo de ser reconhecido na diferença, sendo diferente e singular sem ser violentado ou excluído. Agamben (2009) recorda Primo Levi como importante testemunha da experiência dos campos de concentração, o qual encontra na escrita uma forma de transmissão do traumático.

[...] nada mais é nosso: tiraram-nos as roupas, os sapatos, até os cabelos; se falarmos, não nos escutarão – e, se nos escutarem, não nos compreenderão. Roubarão também o nosso nome, e se, quisermos mantê-lo, deveremos encontrar dentro de nós a força para tanto, para que, além do nome, sobre alguma coisa de nós, do que éramos. (LEVI, 1988, p.25)

Aqueles que sofrem a violência ou aqueles que a testemunham, possuem sensações ambíguas relacionadas às recordações, dentre elas, a vontade de silenciar, guardando para si as mínimas lembranças e acreditando que o tempo é capaz de apagá-las, ao mesmo tempo, a de narrar com intuito de libertação (GAGNEBIN, 1993, p. 10). Levi (1990) adverte-nos que a recordação de um trauma é por si traumática porque recordá-lo dói ou pelo menos perturba, aquele que foi ferido tende a rechaçar a recordação para não reviver a dor e quem feriu busca se livrar das profundas recordações e atenuar o sentimento de culpa.

Sobre a impossibilidade da total comunicabilidade, Semprun afirma:

Vem-me uma dúvida sobre a possibilidade de contar. Não que a experiência vivida seja indizível. Ela foi invivível, o que é outra coisa, como se compreenderá facilmente. Outra coisa que não se refere à forma de um relato possível, mas à sua substância. Não à sua articulação, mas à sua densidade. Só alcançarão essa substância, essa densidade transparente os que souberam fazer de seu testemunho um objeto artístico, um espaço de criação. Ou de recriação.

(...) Pode-se dizer tudo dessa experiência. Basta pensar nela. E a ela se dedicar. Ter o tempo, decerto, e a coragem de um relato ilimitado, provavelmente interminável, iluminado – circunscrito também, é claro – por essa possibilidade de se prosseguir ao infinito. Arriscando-se a cair no repetitivo e no maçante. Arriscando-se a não conseguir termina-lo, a prolongar a morte, se necessário, a fazê-la reviver permanentemente nos cantos e recantos do relato, a não ser mais do que a linguagem dessa morte, a viver às suas custas, mortalmente.

Mas pode-se tudo ouvir, tudo imaginar? Poder-se-á ouvir, se imaginar? Terão eles a paciência, a paixão, a compaixão, o rigor necessário? (SEMPRUN, 1995, p. 22-23)

Benjamin (1933), em seu texto “Experiência e pobreza”, ao referir-se àqueles que voltaram da I Guerra Mundial, afirmou que os combatentes que sobreviveram à experiência traumática retornaram sem experiências comunicáveis e sem histórias que pudessem ser contadas. Experiências, enquanto um conhecimento que pudesse ser transmitido de geração em geração, um modo de tradição compartilhada por uma comunidade e que pode ser retomada, transformada e transmitida, pois garante uma linguagem e memórias comuns. Porém, a perda da experiência promove o desaparecimento das formas tradicionais de narrativa e de sua transmissibilidade.

A partir de uma experiência de choque, há uma impossibilidade da linguagem e das narrativas assimilarem o acontecimento, pois o trauma separa o sujeito do acesso ao simbólico. Ocorre, então, a perda da transmissão de uma palavra que era ponte entre passado e presente, havendo um rompimento com o passado. No Brasil, a ditadura impôs tal quebra entre o passado e o presente por meio do emudecimento instaurado pelo traumático.

No texto “Sobre o conceito de história”, Benjamin (1940, p. 695) pontua: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo”. Apesar das dificuldades, devemos articular o passado e não descrevê-lo como se descreve um objeto. Nesse sentido, não podemos

dizer tudo, devemos ir à busca dos rastros e partir contra a ideia de uma verdade indiscutível e exaustiva.

O rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente. Sua fragilidade essencial e intrínseca contraria assim o desejo de plenitude, de presença e de substancialidade que caracteriza a metafísica clássica. (GAGNEBIN, 2006, p. 44)

Gagnebin (2006) reaviva em nós a persistente vontade dos nazistas de acabar com os rastros das atrocidades realizadas, matando e desaparecendo com os corpos, assim, negando a existência do assassinato e anulando a credibilidade dos sobreviventes. Acreditavam na impossibilidade de uma história a ser contada sobre os campos de concentração. Podemos dizer que a ditadura brasileira seguiu tal estratégia nazista ao sumir com os arquivos, matar e desaparecer com os corpos, dessa forma, apagou os rastros e delegou o silenciamento.

Primo Levi (1989) pontua que o pesadelo comum que assombrava os prisioneiros no campo de concentração era o fato de retornarem às suas casas e, ao contarem os sofrimentos que passaram aos seus entes queridos, eles levantariam e sairiam do ambiente do diálogo, sem querer escutar e crer no ocorrido.

Nessa via, precisa-se transmitir o inenarrável e manter viva a memória dos sem-nome, daqueles que foram mortos e tiveram seus corpos desaparecidos – lutando contra o esquecimento e a repetição do horror. Desse modo, a verdade do passado passa a ser completa com a exigência de um presente verdadeiro (GAGNEBIN, 2006).

Diante das ruínas e os restos de uma tradição espedaçada, o narrador deve mostrar alguma narração possível que não deixe o passado cair no esquecimento. Acredita-se que os elementos que sobram no discurso são os que demarcam o sofrimento, e aqueles que sem rastros acabam sendo apagados da memória (BENJAMIN, 1936).

Conforme Blanchot, a narrativa não é vista enquanto ato de relatar o acontecido, e sim a aproximação do próprio acontecimento, do lugar onde o sujeito é chamado a produzir, incluindo o que ainda está por vir. Desse modo, a narrativa é um movimento em direção a um ponto não só desconhecido como

ignorado e estranho, que, no primeiro momento, parece não existir. (BLANCHOT, 2004).

Assim, o ato narrativo requer intensidade e impossibilidade, pois trata de um espaço que se abre “à dispersão, à fissura em que o exterior é a intrusão que sufoca, é a nudez, é o frio daquilo em que se permanece descoberto” (BLANCHOT, 1987, p.22). Dessa maneira, a experiência em si e a experiência da narrativa (atualizadora da experiência em si) podem deslocar o sujeito e promover a abertura para o deslocamento da ordem dos acontecimentos, propiciando um passo a favor da historicização.

A figura daquele que narra também pode ser exemplificada pela figura do trapeiro, do catador de sucata e lixo. Esta pessoa que recolhe os restos, os cacos, os detritos, situação configurada pela pobreza, mas também pelo desejo de que nada se perca. O *narrador sucateiro* recolhe aquilo que é deixado de lado, o que não tem mais significação e parece não ter mais sentido e importância, tudo aquilo que a história oficial não soube o que fazer. Nesse sentido o narrador tem essa função de transmitir aquilo que a tradição não recorda, aquilo que é inenarrável, sendo fiel ao passado e aos mortos mesmo sem saber quem eles são (BENJAMIN, 1936).

A relevância essencial da narrativa está em consonância ao testemunho. De acordo com Seligmann- Silva (2003), a palavra testemunho remete a duas palavras em latim: *testis* e *supertes*. *Testis* indica a participação de um terceiro elemento que não é vítima e está disposto a comprovar e atestar a veracidade dos fatos. *Supertes* remete à pessoa que passou por uma experiência-limite, um sobrevivente que não experimentou a morte, mas pôde ver a sua face, sentindo-se culpado pela sobrevivência e comprometido com os que não sobreviveram.

No testemunho do sobrevivente, torna-se comum a: “insuficiência da linguagem diante de fatos (inenarráveis) como também – e com um sentido muito mais trágico – a percepção do caráter inimaginável dos mesmos e da sua consequente inverosimilhança” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 46).

Gagnebin (2006) pontua a importância do papel de testemunho enquanto terceiro, nem violentador e nem violado, situado no lugar de ouvinte. Acredita-se que a testemunha passa a ter uma função maior da que usualmente utilizada, como a quem via com os próprios olhos, e sim sendo

aquela que consegue ouvir a narração insuportável e não vai embora, aceitando a continuidade da história do outro. Isso ocorre não por culpabilidade ou compaixão, e sim por acreditar que, através da tomada reflexiva do passado e da transmissão simbólica assumida devido ao sofrimento, exista a possibilidade de o passado não se repetir e de ser esboçada uma nova história, uma invenção do presente.

Nessa via, vale lembrar que “o testemunho requer saber esperar o tempo do outro, aguardar que tudo seja dito” (SOUSA, 2011, p. 203) Existe um tempo de espera para que isso, o qual veio estritamente do campo do Real, possa adentrar o campo do simbólico, produzindo alguma fala ou testemunho, e criando imagens que façam contenção àquilo que escapa.

Didi-Huberman (2013), no texto “Casca”, demarca a importância do testemunho de um preso no campo de concentração de Auschwitz que tinha por obrigação recolher os corpos dos prisioneiros mortos e registrou esse momento por meio de quatro fotografias. Os únicos testemunhos visuais da operação de asfixia através da câmara de gás e seu desenrolar, transformando seu trabalho servil no campo de concentração em trabalho de resistência e testemunho.

Ao juntar os restos e os rastros que sobram da vida e da história oficial, há uma tarefa de protesto, mas também do verdadeiro narrador autêntico, ou seja, aquele que viaja no tempo e transmite o conhecimento do passado ou do lugar distante sem que a separação espacial ou temporal seja um empecilho (BENJAMIN, 1940).

Diante da existência da narração e da transmissão do traumático, entra em questão a importância da memória. A rememoração visa, em vez de a repetição do que se lembra, a abertura de buracos ao esquecido e recalado, marcando aquilo que não teve direito à lembrança e a palavras. Desse modo, demarca-se uma atenção precisa ao presente e as ressurgências nele do passado. Ressalta-se que a memória vive constantemente a tensão entre a presença do presente, a lembrança do passado desaparecido e a insurgência desse que invade o presente.

A memória deve ser percebida enquanto dependente das condições de transmissão, sem ser equivalente ao fato acontecido, mas apoiando-se nele. Há uma enorme riqueza e fragilidade na memória, conforme Ana Costa (2011,

p. 29): “A memória não é conteúdo, ela traz a repetição do pior, do resto que ficou não resolvido, que implica a face do que não se quer, nem na vida pessoal, nem nas construções sociais, mas que não impede a repetição”.

Ante essa repetição do terrífico, Adorno (1995) pontua a nossa tendência e vontade em entregarmo-nos à amnésia, seja através dos modos de não quereremos saber ou fazermos de conta que não sabemos, denegações, recalques, e também por meio dos mecanismos da memória, do esquecimento e da repetição. Assim, devemos combater o desejo de esquecimento e notar as diferentes maneiras pela qual o passado é tornado presente, se permanece recriminado, ou se resiste ao horror por meio da tentativa de compreender o incompreensível.

Gagnebin (2006, p. 97) pontua o nosso dever em “preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens”. Desse modo, cremos na memória enquanto um processo seletivo embebido em afetos e que demarca a razão em acreditarmos que a lembrança relatada poderá ser ressignificada, pois sua rememoração e repetição poderão ir desfazendo a dor de uma experiência-limite (ARANTES, 2008).

Diante do horror do traumático, aquilo que é inimaginável deve ser imaginado, apesar de tudo, para que possamos representar alguma coisa, nem que seja o mínimo do que é possível saber. Olhar o mundo através de um ponto de vista arqueológico é comparar o que vemos no presente àquilo que sobreviveu e o que sabemos ter desaparecido no tempo (DIDI-HUBERMAN, 2013).

Conforme Benjamin (1932), aquele que busca se reaproximar do passado soterrado deve comporta-se como um homem que escava sem temor de voltar ao mesmo fato e espalhar como se espalha a terra e revolver como se revolve o solo. Didi-Huberman (2013) aponta que, em Auschwitz, antigo campo de concentração nazista, a própria terra regurgita os vestígios das chacinas realizadas. Em períodos de inundações ocasionadas pela chuva, lascas e fragmentos de ossos das vítimas voltam à superfície. Fato que fez com que os responsáveis pelo sítio sentissem a obrigação de aterrjá-lo para tentar soterrar o que insiste em aparecer.

No texto *Imagens do Pensamento*, Benjamin faz uma comparação entre

a atividade do lembrar e a escavação arqueológica, analisando a memória como um modo de escavação. Quando escavamos, achamos restos, ruínas e vestígios nos solos, por meio deles, reconstruímos o passado, mas não exatamente como foi, assim, tal técnica não surge como um modo de explorar o passado e sim de entendermos o presente (BENJAMIN, 1997).

Sendo assim, a memória não pode mais ser vista enquanto um lembrar interiorizado e totalizador ou uma verdade absoluta catalogada, e sim como uma interrupção do tempo, marcando aquilo do passado que salta para o presente, uma forma de rememoração e comemoração. Portanto, a arte da memória não se restringe aquilo que é facilmente visível.

Somente existirá o esboço de um futuro diferente se pudermos não virar as costas para nossa história pessoal e social. Benjamin (1940) pontua esse impasse sobre memória e esquecimento em seu ensaio “Sobre o conceito de história”.

O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Esta tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1940, p. 226)

Deve-se desconfiar e duvidar da cultura dos vitoriosos e da história oficial. Benjamin (1940) propõe a escrita de uma contra- história que exponha a catástrofe de acontecimentos da história oficial e mostre o que não foi dito, demonstrando as lacunas e recuperando a tradição dos vencidos e oprimidos. Não se trata de apagar os rastros e sim de reescrevê-los.

Nessa lógica da reinscrição dos restos, acreditamos na busca da contra-história da ditadura civil-militar brasileira, isto é, uma forma de nos depararmos com o passado e resgatarmos os rastros e os restos, prezando principalmente pela narrativa e testemunho daqueles que sobreviveram à passagem do traumático e, do mesmo modo, apostando na potência do ato criativo, principalmente no que se refere à escrita como forma de testemunho e resignificação diante do inominável imposto pela violência.

3. OS RASTROS SILENCIADOS DOS DESAPARECIDOS POLÍTICOS

Durante as minhas inserções e pesquisas referentes à ditadura, fui convidada a falar sobre os 50 anos do golpe militar no Conselho Regional de Psicologia/ RS, juntamente com a Vera Paiva, psicóloga e filha do Rubens Paiva, desaparecido político. Naquele momento, fiz algumas pontuações sobre a criação e o andamento da Comissão Nacional da Verdade, mas, acima de tudo, pude testemunhar algo diferente, já não se tratava somente dos testemunhos daqueles que haviam sido diretamente torturados, mas daqueles que vivem o grande sofrimento de ter um familiar desaparecido e uma história de vida inacabada. Poucos meses antes, haviam surgidos boatos sobre o fim dado ao corpo de Rubens Paiva, versões que novamente reascenderam a dor da família, porém, após algumas semanas, foram desmentidas.

Meses depois, em São Paulo, visitei a exposição “Singularidades/ Anotações: Rumos Artes Visuais 1998-2013” no Itaú Cultural e fiquei extremamente sensibilizada pela obra intitulada “Espera” de Gisela Motta e Leandro Lima. A obra resume-se a dois bancos brancos posicionados no meio de uma sala escura, fiquei ali parada sem entender do que se tratava. Logo surge uma sombra no formato de uma pessoa que senta no banco, posicionada ao lado dos que ali estão observando a obra e, por vezes, estão sentados também. De imediato brota a necessidade de procurar a pessoa, mas ela não se encontra ali, realmente trata-se de uma sombra sem a pessoa que lhe cabe. A pessoa fantasmagórica mexe-se, bate os pés e levanta ansiosamente na espera de alguém que nunca chega. Imediatamente, passo a ser tomada pela eterna sensação de espera dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos. A espera terrorífica proporcionada pela cena fala não só dos mortos que nunca retornaram sequer em restos, mas também dos vivos que vivem da mortífera e angustiante espera.

Conforme o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014c), após vinte e oito anos do término da ditadura, constatou-se que 434 pessoas foram mortas e sofreram o desaparecimento forçado, além dos inúmeros casos que não foram confirmados e sobre os quais ainda pouco sabemos, como o extermínio dos indígenas e camponeses.

Para a CNV, o desaparecimento forçado é toda forma de privação de liberdade mantida por agentes de Estado, ou pessoas/grupos com autorização, apoio ou consentimento do Estado, seguida pela recusa em afirmar tal privação ou dar notícias sobre a pessoa. O Estado passa a atuar de modo clandestino, impedindo que os familiares e a sociedade saibam informações sobre o desaparecimento, negando direitos e garantias inerentes à vítima. Nessa via, a morte da vítima só é constatada no momento em que os restos mortais da pessoa são encontrados e se os exames garantirem a identificação.

Em 1979, após muita procura e insistência, o governo militar elaborou um relatório, encaminhado à esposa de um desaparecido político, e afirmou que seu marido havia cometido suicídio em uma pensão em São Paulo em 1972. Seguindo vários rastros que conduziram para o Cemitério de Dom Bosco, Perus, periferia de São Paulo, lá foi encontrado registros de um corpo que estava na vala comum e que possuía o nome que o marido usava na clandestinidade. Naquele momento, foi identificado Luis Tejera Lisboa, o primeiro desaparecido político (COIMBRA; BRASIL, 2009).

No mesmo cemitério, encontraram-se mais de 1000 ossadas que incluíam indigentes e pessoas mortas por grupos de extermínios. Em um artigo publicado no jornal “O Globo”, no dia 05 de outubro de 2005, Gilberto Molina, membro do Grupo Tortura Nunca Mais (RJ) e irmão de Flávio Molina, assassinado sob tortura no DOI-Codi São Paulo, em 1971, disse:

Nos últimos 25 anos convivemos com os labirintos das ossadas. Tivemos o impacto de uma vala aberta, repleta de sacos de ossos, na solidão de um tempo remoto. Deparamo-nos com a visão de ossadas jogadas ao acaso, em salas inapropriadas sujeitas a vazamento de lama e esgoto, que nos obrigou a interpretar medida cautelar visando garantias de preservação das ossadas, em 1999, com sentença favorável julgada somente agora. Estivemos frente a frente com um esqueleto montado, numa entrevista kafkiana que visava indícios de reconhecimento. Buscamos a identificação de seus ossos em laboratórios no Brasil e no exterior, num total de 8 instituições. Para cada uma enfrentamos a expectativa dos exames e a decepção dos resultados. Enfrentamos a inépcia, a soberba e a suspeita de corrupção.

[...] Finalmente, 15 anos após a descoberta de mais de 1.000 ossadas pertencentes a indigentes e mortos políticos, em uma vala não registrada no Cemitério de Perus, os restos mortais de Flavio foram identificados por exames de DNA por um laboratório de São Paulo no prazo recorde de 20 dias. (COIMBRA; BRASIL, 2009, p. 61)

O ato de desaparecer com os corpos foi utilizado pelos militares como modo de fugir da responsabilidade dos assassinatos – alimentando os seus poderes através da eliminação, negação, desvalorização, criminalização e constrangimento dos opositores ao regime; incitando o aumento em grandes proporções do medo.

O fato de muitos militantes encontrarem-se clandestinos facilitou o processo de sumiço, pois a clandestinidade, inicialmente, servia como um modo de defesa diante das inúmeras prisões e torturas dos militantes que não haviam optado pelo exílio, porém logo passou a ser uma vulnerabilidade, já que a repressão usou os nomes frios e identidades falsas para negar aos familiares a verdadeira identificação do militante preso, enterrando-os sobre diferentes identidades.

Muitos clandestinos tiveram que abandonar a casa, o nome e o sobrenome herdados dos seus familiares, deixaram para trás empregos e profissões. Passaram a ser sujeitos anônimos, reservados e impregnados de relações entrecortadas do convívio familiar, assim, abdicaram-se dos usuais modos de nomeação e identificação.

Tal situação propiciou ao governo militar uma maior facilidade para eliminar os corpos, surgindo, assim, o chamado desaparecimento político. De acordo com Arantes, o desaparecimento foi copiado dos métodos de Hitler durante o nazismo, a operação denominada “Nacht und Nebel”. “Noite e Neblina” foi concebida para que pudessem sumir com os opositores do regime nazista. “Desaparecer sem deixar rastro, sem direito à sepultura, sem direito a serem velados. São os corpos insepultos de que Sófocles falava na sua *Antígona*” (ARANTES, 1994, 60).

Conforme a Comissão Nacional da Verdade, diante da privação de liberdade, da suposta morte e ausência de identificação dos restos mortais dos presos políticos, esses ainda permanecem desaparecidos. O que significa simbolicamente o fato de um familiar continuar desaparecido após passados trinta anos do término da ditadura?

Os encontros que tive com os familiares, ex-presos políticos e estudiosos da área, inclusive com Vera Paiva, apontaram a importância de conhecer a história de Ana Rosa Kucinski e o livro *K: relato de uma busca* (2014a), escrito por seu irmão, Bernardo Kucinski. De forma não tão

coincidente, a minha inserção dentro do Arquivo Público do Estado de São Paulo também me levou a encontrar documentos referentes a essa desaparecida política. Assim, tornou-se essencial para mim trazer alguns lampejos dessa vida.

Na busca em falar da história esquecida e de dar lugar aos testemunhos, começo com a pequena história da vida de Ana Rosa Kucinski. História recomposta a partir de fragmentos que foram a muito custo coletado pelos familiares, movimentos políticos, Comissão de Anistia, Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, Comissão Nacional da Verdade. Rastros que compõem e buscam completar o quebra-cabeça que foi a existência e a morte de um desaparecido político, assim, possibilitando que partamos do singular de uma destas histórias.

3.1 Uma vida a partir dos arquivos - Ana Rosa Kucinski

Ana Rosa Kucinski, ou Ana Rosa Silva, nome de casada, nasceu em 12 de janeiro de 1942, em São Paulo, e era filha de judeus poloneses que imigraram para o Brasil na primeira metade do século XX. Graduiu-se em Química no ano de 1967, na Universidade de São Paulo (USP), nesse período conheceu o físico Wilson Silva, com quem se casou no dia 11 de julho de 1970. Tornou-se professora do Instituto de Química da USP e, no ano de 1972, concluiu seu doutorado em Filosofia na mesma universidade.

No dia 22 de abril de 1974, aos 32 anos de idade, Ana Rosa desapareceu na companhia de seu marido em São Paulo, na proximidade da Praça da República. O casal era militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e havia sido preso pelos agentes do Estado Brasileiro. De acordo com depoimentos dados por amigos do casal, eles haviam saído por volta do meio-dia dos respectivos trabalhos para almoçarem juntos em um restaurante situado nas redondezas da praça. Desde então, o casal nunca mais foi visto.

No mesmo dia, os familiares de Ana Rosa e Wilson foram avisados pelos colegas de trabalho para tomarem providências e localizarem os dois militantes. O advogado da família impetrou o *habeas corpus*, entretanto, o pedido foi negado devido ao Ato Institucional nº5. Assim, as famílias buscaram

informações sobre o paradeiro de ambos, mas não obtiveram notícias, já que o Estado se eximia de qualquer responsabilidade pelo destino dos dois e não reconhecia a prisão realizada.

Em 7 de agosto de 1974, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns teve uma audiência com o general chefe da Casa Civil do governo Geisel, em que foi prometida grande investigação do caso por parte do governo. Desde esse período, o Estado brasileiro apresentou diferentes posicionamentos para a prisão e desaparecimento de Ana Rosa e Wilson Silva.

Passados quatro meses, diante da ausência de informações concretas, a Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) foi acionada e questionou o Estado brasileiro; como resposta, o Estado alegou não ter responsabilidade neste fato.

Perante a busca incessante de notícias, a família pediu informações sobre o destino do casal ao departamento de Estado do governo norte-americano, o qual respondeu, por meio da *American Jewish Community* e da *American Jewish Congress*, que Ana Rosa estaria viva, mas que não tinham nenhuma notícia sobre Wilson. Em 18 de dezembro de 1974, em tais circunstâncias, a família recebeu a última comunicação formal sobre o caso.

Em fevereiro de 1975, o governo ditatorial lançou uma nota oficial em que os nomes de Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva são citados como “terroristas foragidos”. Em outubro do mesmo ano, Ana Rosa foi demitida⁹ pelo Instituto de Química da USP por abandono de emprego.

Somente em 1993, a Marinha enviou um relatório ao Ministério da Justiça, confirmando que Wilson havia sido “preso em São Paulo a 22/04/1974, e dado como desaparecido desde então”. Referente à Ana Rosa, no

⁹ O processo nº 174.899 instaurado pela Reitoria da Universidade de São Paulo demitiu a professora Ana Rosa Kucinski no ano de 1974 por 13 votos favoráveis e dois votos em branco. A decisão era embasada no suposto abandono de função, de acordo com o artigo 254, inciso IV, do regimento interno da USP, sem levar em conta o seu desaparecimento forçado. No dia 29 de outubro de 2013, a Comissão da Verdade Rubens Paiva realizou uma audiência no Instituto de Química sobre o referido caso. Naquele momento, foi reivindicada a revisão da demissão. Em 17 de abril de 2014, a Congregação do Instituto de Química realizou uma votação a pedido da Comissão da Verdade da USP e por unanimidade de votos, a demissão foi anulada e vista como um equívoco da época. A família Kucinski recebeu um pedido formal de desculpas da Congregação. No dia 22 de abril, inaugurou-se um monumento em homenagem à professora nos jardins do Instituto de Química da USP (BRASIL, 2014b, p. 271).

documento apenas constavam acusações caluniosas estendidas ao seu irmão, Bernardo Kucinski.

O Estado brasileiro reconheceu Ana Rosa Kucinski como desaparecida política, através da lista de desaparecidos políticos contida no anexo I da Lei nº 9.140/1995. Do mesmo modo, o nome de Ana Rosa também consta no *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Conforme tais dados coletados e divulgados nos Relatórios Finais da Comissão Nacional da Verdade (2014), percebe-se a longa saga dos familiares de Ana Rosa e Wilson na busca por informações que os levassem ao encontro de seus entes queridos e de alguma nomeação possível diante do excessivo da violência imposta pelo Estado. Algumas destas informações sobre o desaparecimento do casal constam nos arquivos do DEOPS/SP, disponíveis no Arquivo Público do Estado de São Paulo (Anexo 3). Os documentos mostram que a ditadura controlava as buscas e monitorava os passos dos familiares. Em um arquivo (anexo 4), consta que Bernardo Kucinski fez investigações particulares durante anos para descobrir o “paradeiro” da irmã e não obteve nenhum sucesso.

3.1.2 As lacunas da história esboçadas pela Comissão Nacional da Verdade

Nos três depoimentos dados à Comissão Nacional da Verdade, Marival Chaves Dias do Canto, ex-servidor do DOI-Codi, afirmou em diferentes relatos que Ana Rosa e Wilson Silva foram levados à Casa da Morte ainda vivos pelo coronel do Exército Freddie Perdigão Pereira. Foram presos por meio da delação do agente infiltrado João Henrique Ferreira de Carvalho, o “Jota”, que, após tal episódio, foi exercer a profissão de médico em Brasília.

O ex-delegado de Polícia Civil do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Espírito Santo, Claudio Guerra, atual pastor, confirmou as práticas de tortura com o casal. Segundo Guerra, o coronel Freddie Perdigão (um dos mais importantes agentes do CIE) tinha dois grupos distintos de trabalhos secretos: um de tortura e interrogatório e outro de execução, grupo na qual Guerra fazia parte.

Conforme o ex-delegado, a militante Ana Rosa Kucinski teria sido torturada brutalmente na Casa da Morte em Petrópolis: “Ela estava em Petrópolis e ela foi muito torturada. Ela estava visivelmente violentada. Com os órgãos genitais cheio de sangue e a roupa toda cheia de sangue” (BRASIL, 2014a, p. 344- 345).

Cláudio Guerra afirmou em seu livro *Memórias de uma Guerra Suja* (2012) ter participado da incineração de corpos de presos políticos na Usina Cambahyba, que pertencia ao ex-deputado federal e vice-governador do estado do Rio de Janeiro, Heli Ribeiro Gomes, localizada em Campos dos Goytacazes (RJ), norte fluminense.

A CNV, juntamente com o ex-delegado e peritos técnicos, realizou perícia no local e não conseguiu encontrar evidências concretas do uso dos fornos para a incineração dos corpos. Já haviam passado quase três décadas de tais ocorrências. Porém, tal versão não foi descartada, pois os fornos possuem portas de tamanhos suficientes e alcançam temperaturas adequadas para tais incinerações, além de terem sido construídos no ano de 1974.

Tal perícia está disponível para visualização na internet¹⁰. As imagens mostram as enormes chaminés e o grande tamanho das portas dos fornos. Cláudio Guerra aponta e mostra a porta do forno que ele e outro colega colocaram o casal, um segurava e outro empurrava, os corpos ficavam ali por um tempo até virarem cinzas. Impressionantemente nos deparamos com a repetição de cenas nazistas realizadas durante o Holocausto, a incineração dos corpos com o objetivo de apagamento dos rastros.

Sobre Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva, Cláudio Guerra detalhou:

¹⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GkPZrEVbfKk>> Acesso em: 10/03/2015.

Eu me lembro muito bem do casal, Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva, por conta de um incidente no caminho entre a rua Barão de Mesquita e a usina. Eu e o sargento Levy, do DOI, fomos levar seus corpos. Os dois estavam completamente nus. A mulher apresentava muitas marcas de mordida no corpo, talvez por ter sido violentada sexualmente. O jovem não tinha as unhas da mão direita. Tudo levava a crer que tinham sido torturados. Não havia perfuração de bala neles. Quem morre de tiro não sofre. Morte por tortura é muito mais desumano. Eu não prestava muita atenção nos cadáveres que transportava. Até porque eles nos eram entregues dentro de um saco. O problema é que, quando estávamos indo do Rio em direção a Campos, já quase chegando lá, bem naquela reta da estrada, o Chevette que viajávamos simplesmente pegou fogo. Os corpos do casal não tinham sido afetados pelo incêndio do carro. O que fizemos? Simplesmente saímos do veículo. Naquela época não havia celular, era tudo mais difícil. O sargento Levy pegou carona até um telefone público, ligou para a usina [Usina Cambahyba] e eles vieram nos resgatar na estrada. (BRASIL, 2014c, p. 618).

Dessa forma, em depoimento à CNV, em 23 de julho de 2014, Cláudio Guerra afirmou ter sido responsável pelo transporte dos corpos de Ana Rosa e Wilson, no porta-malas de seu carro, da Casa da Morte até a Usina Cambahyba, onde teriam sido incinerados juntamente com outros doze presos políticos. Assim, a equipe do coronel Freddie Perdigão teria sido responsável pelas mortes de Ana Rosa e de Wilson.

O mesmo fim teria sido dado aos corpos de João Batista Rita, Joaquim Pires Cerveira, David Capistrano da Costa, João Massena Melo, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, Eduardo Collier Filho, José Roman, Luiz Ignácio Maranhão Filho, Armando Teixeira Frutuoso e Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto. Essas vítimas que, supostamente, foram incineradas na Usina teriam sido mortas na Casa da Morte ou no quartel da Polícia do Exército na Rua Barão de Mesquita.

A denominada Casa da Morte de Petrópolis foi criada e comandada pelo Centro de Informações do Exército (CIE) com o objetivo de ser um centro clandestino de tortura, execuções e desaparecimentos forçados.

A casa situava-se na rua Arthur Barbosa, nº 50 (antigo 668), no bairro de Caxambu, e foi cedida em 1971 pelo proprietário a época, Mario Ladders, ao ex-comandante da companhia aérea Panair e ex-interventor de Petrópolis, Fernando Aires da Mota. O chefe do CIE a época era o general de Brigada Milton Tavares de Souza, sendo o subchefe Jose Luiz Coelho Neto, então coronel da arma de Infantaria. (BRASIL, 2014a, p.797)

Paulo Malhães em um depoimento dado à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro em 18 de fevereiro de 2014 relatou sobre a Casa da Morte. Segue o diálogo em questão:

CEV-RJ: Qual o interesse em fazer isso [prender uma pessoa] em uma casa e não em uma própria unidade militar?

Paulo Malhães: Porque você causa pavor no interrogado. Ele vê que você está sendo...

CEV-RJ: Ele acha que vai morrer?

Paulo Malhães: Quando o cara entra no quartel ele sabe que está seguro. Ele acha que está seguro, que ninguém vai matar ele dentro do quartel. Quando você prende ele em uma casa, “por que me trouxeram para cá e não me levaram para o quartel?”

CEV-RJ: Aí é o pavor.

Paulo Malhães: “Se estão me trazendo aqui é porque vão me levar para outro lugar.”

E a gente ameaçava com isto, né? “Você já viu que você está preso, mas não está preso no quartel. Você está preso em uma casa. Daqui você pode ir para qualquer lugar. Aqui você não está inscrito em nada”. (BRASIL, 2014a, p. 302)

A referida casa era chamada de “Codao” e atuava como apoio ao DOI-Codi do Rio de Janeiro. Paulo Malhães foi militar, torturador, capitão de cavalaria lotado no CIE e um dos coordenadores da Casa da Morte, em um encontro com a Comissão Nacional da Verdade relatou:

Comissão Nacional da Verdade: Esses aparelhos como a Casa de Petrópolis, eram do conhecimento de quais autoridades dentro das Forças Armadas? Quer dizer, os ministros sabiam? O ministro do Exército sabia da existência?

Paulo Malhães: Deveriam saber. Alguns deles, eu sei que sabiam. Mas deveriam saber, todos eles. Se não sabiam foi erro. [...]

Comissão Nacional da Verdade: Mas quem era o chefe da Casa de Petrópolis?

Paulo Malhães: O chefe da Casa de Petrópolis era o chefe de contrainformações.

Comissão Nacional da Verdade: Quem era?

Paulo Malhães: Era o coronel [Cyro Guedes] Etchegoyen. (BRASIL, 2014a, p. 797)

O centro clandestino foi montado em 1971 e esteve ativo por cerca de quatro anos. A Casa da Morte foi utilizada como um aparelho de prática de tortura, assim, as leis que eram validadas lá eram as convenientes aos torturadores. Os presos que lá estavam não eram registrados em nenhum

local, facilitando com que os horrores sofridos fossem potencializados pela constante ameaça de morte e desaparecimento.

Foi a militante Inês Etienne Romeu, sobrevivente da Casa da Morte que

reconheceu vários nomes ligados a casa, como o dono do imóvel, Mario Lodders, que seus torturadores chamavam de “Mario”, e vários carcereiros e torturadores. Alguns destes foram, posteriormente, identificados, como o capitão de cavalaria Freddie Perdigão Pereira, o “dr. Roberto”; o major de infantaria Rubens Paim Sampaio, o “dr. Teixeira”; o segundo-sargento Ubirajara Ribeiro de Souza, o “Ze Gomes” ou “Zezao”; o sargento Jairo de Canaa Cony, o “Marcelo”; o segundo-sargento Rubens Gomes Carneiro, o “Laecato”; Antônio Fernando Hughes de Carvalho, o “Alan”, oficial ligado a equipe de interrogatório do DOI-Codi do I Exército; o soldado Antônio Waneir Pinheiro Lima, o “Camarão”; o médico do Exército Amilcar Lobo, o “Dr. Carneiro”; e o então comissário da Polícia Civil de Petrópolis, Luiz Claudio do Azeredo Viana, o “Laurindo”. (BRASIL, 2014a, p. 798)

Inês Romeu identificou a participação em episódios de tortura do médico Amilcar Lobo, psicanalista¹¹. Conforme Inês, ele aplicava pentotal sódico, o “soro da verdade” e, após examinar os presos, autorizava ou não a continuidade da tortura. A partir de tal identificação, Lobo admitiu sua participação e alegou ter ido à Casa de Petrópolis sob ordem do coronel Homem de Carvalho.

Segundo a avaliação dos oficiais do CIE, deixar Inês Etienne sair com vida da casa teria sido um erro. De acordo com Marival Chaves,

[...] nós temos um caso clássico aqui na serra de Petrópolis, naquela Casa da Morte de Petrópolis, que foi Inês Etienne Romeu; mas depois eu ouvi um comentário a respeito, disse que foi uma das maiores mancadas que deram, foi deixar a Inês Etienne viva.

Comissão Nacional da Verdade: Quem teria dito isso?

Marival Chaves: Isso aí foi num contexto do pessoal que gerenciava o cárcere lá. Especificamente, eu não sei, essa informação circulou no CIE. (BRASIL, 2014a, p. 798)

¹¹ Tal denúncia provocou uma crise dentro da sociedade psicanalítica do Rio de Janeiro filiada a IPA (International Psychoanalytical Association). Pellegrino e Mascarenhas, psicanalistas também em formação na referida época fizeram denúncias sobre a atuação de Amilcar. Naquele momento a sociedade acobertou as práticas de Lobo e condenou as denúncias realizadas. De acordo com Pellegrino, a Sociedade Psicanalítica declarava-se apolítica, porém ao acobertar um torturador colocava-se camufladamente a serviço do sistema opressor e produzia um “psicanalismo alienante”. (MOREIRA; BULAMAH; KUPERMANN, 2014)

Inês era integrante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) e foi a única sobrevivente da Casa da Morte. Inês foi presa em 5 de maio de 1971 em São Paulo, logo foi levada ao DOI-Codi, passou por interrogatórios e diferentes formas de tortura, espancamento, pau de arara e choques elétricos na cabeça, pés e mãos. As torturas pararam devido à confirmação de um encontro que ela teria com outros militantes no Rio de Janeiro. Já no dia 6 de maio, no local do encontro, atirou-se sob as rodas de um ônibus. Após passar alguns dias no hospital sob custódia dos militares, no dia 8 de maio, foi encaminhada à Casa da Morte, onde permaneceu durante 96 dias, lá foi estuprada 3 vezes.

Conforme o relato dado pela irmã, Lúcia Romeu, à Revista IstoÉ em 11 de fevereiro de 1981, Inês “foi torturada, estuprada, submetida ao pentotal sódico, o chamado ‘soro da verdade’ e, depois de cada uma de suas duas tentativas de suicídio, medicada para recuperar as forças e ser de novo supliciada” (BRASIL, 2014^a, p. 535). Inês ainda cumpriu oito anos de pena sendo solta somente em 29 de agosto de 1979, quando a Lei da Anistia foi aprovada.

Meus carrascos afirmaram que “me suicidariam” na prisão, caso eu revelasse os fatos que ouvi, vi e que me contaram durante os três meses de minha prisão, pois reconhecem que “sei demais”. Querem que eu morra “naturalmente”, sem que sejam responsabilizados pela morte que me impingirem. [...] Se eu morrer, quero que todas as circunstâncias de minha morte sejam esclarecidas, ainda que demande tempo, trabalho e sacrifício, menos em minha memória, mais em nome da honra do país em que nasci, muito pela decência de minha pátria e de meus compatriotas. (BRASIL, 2014a, p. 377)

Ao longo desses anos, Inês foi ameaçada inúmeras vezes de morte. Apesar de todos os relatos e denúncias que realizou muito pouco foi feito referente ao caso. Atualmente, Inês apresenta dificuldades de falar e se expressar, pois em 2003 foi encontrada desfalecida em sua casa e sofreu um traumatismo craniano. Conforme os médicos, tal quadro clínico se deu através de golpes múltiplos diversos, mas a situação foi enquadrada pela polícia conforme acidente doméstico. Os familiares acreditam que ela tenha sofrido uma nova tentativa de homicídio por agentes do Estado. Mesmo com a fala dificultada, Inês participou de depoimentos, averiguações e perícias propostas pela Comissão Nacional da Verdade.

Quanto à prática da tortura e do desaparecimento forçado, Paulo Malhães em seu depoimento à Comissão Estadual da Verdade (RJ), afirmou:

Quando o troço virou guerra, guerra mesmo, é que as coisas mudaram. Porque a gente também foi aprender fora, alguma coisa. Aí os perfis das prisões daqui mudaram; a forma de contato com os presos mudou; surgiu a necessidade de aparelhos; porque – isso foi uma grande lição que eu aprendi – o que causa maior pavor não é você matar a pessoa. É você fazer ela desaparecer. O destino fica incerto. O seu destino como... fica incerto. O que aconteceu, o que irá acontecer comigo? Eu vou morrer? Não vou morrer? Entendeu? O pavor é muito maior com o desaparecimento do que com a morte. A morte, não, você vê o cadáver do cara, o cara ali, acabou, acabou. Não tem mais... mais o que pensar nele. O meu destino, se eu falhar, vai ser esse. Já quando você desaparece – isso é ensinamento estrangeiro – quando você desaparece, você causa um impacto muito mais violento no grupo. Cadê o fulano? Não sei, ninguém viu, ninguém sabe. Como? O cara sumiu como? (BRASIL, 2014a, p. 500)

Tal depoimento de Malhães demarca de forma assustadora a perversidade da estratégia do desaparecimento. Vemos a perversidade deste método ao incutir a dúvida quanto ao paradeiro do sujeito e a implicação dele no seu próprio sumiço, perpetuando nos sobreviventes a angústia e o medo.

Paulo Malhães ainda falou por que o sepultamento de vítimas não era estratégico para a repressão:

CNV: Por que não enterravam os corpos?

Paulo Malhães: Porque era, o senhor, deixar um rastro. E isso não foi técnica nossa. Isso foi uma técnica aprendida. (BRASIL, 2014a, p. 518)

Em entrevista dada ao Observatório da Imprensa em 2012, Cláudio Guerra afirma que, logo após tal período:

Houve uma “preocupação por causa da cobrança do governo americano e da imprensa local, do país aqui também sobre os desaparecimentos, tortura. Já tava um combate muito grande. [...] Em uma das reuniões eu dei uma ideia. Qual era o mecanismo que usavam? Era cortar pessoas em pedaços, jogar, enterrar em covas rasas. Isso aí tava causando transtorno. Aí foi dada a ideia. Eu sugeri da Usina pra incinerar corpos”.¹²

¹² Vídeo disponível online: < <https://www.youtube.com/watch?v=ZTWbMUzA7Es>> Acesso em: 18/02/2015 (Transcrição nossa).

Guerra e Malhães relatam torturas e modos de ocultação dos cadáveres, as decepações e incineramentos dos corpos, assim, escancaram o uso de técnicas iguais às utilizadas pelo nazismo. Conforme Malhães, quando realizavam a descaracterização da vítima, a arcada dentária e as pontas dos dedos eram retiradas, o ventre era cortado visando impedir que os gases produzidos durante a decomposição fizessem o corpo boiar. Na casa de Petrópolis, os corpos eram retirados à noite e colocados em sacos impermeáveis com pedras e lançados em um rio.

Em tais relatos, o horror da violência fica estampado de forma banalizada. Os torturadores falam sobre o modo como conduziram as mortes e os desaparecimentos, visando apenas ao seu objetivo final, livrar-se das possíveis cobranças e penalizações advindas das inúmeras torturas e mortes realizadas.

O ganho do torturador está na autorização em instrumentalizar e destruir o corpo do outro, sem ter que negociar com alguém o prejuízo causado, sem que sofra ou se sinta culpado pela sua prática, reforçados pela certeza da impunidade. Assim, ele presta suas atividades como servidor público, cumpre ordens, violenta e executa como um representante do poder soberano (ARANTES, 2013).

Hannah Arendt, em seu texto *Eichmann em Jerusalém* (1963), propõe o conceito de 'banalidade do mal' a partir do acompanhamento do julgamento de Eichmann, carrasco nazista que havia sido capturado em seu esconderijo na Argentina. Arendt observou a fala dele como objetivamente burocrática, desinvestida de afeto e desprovida de qualquer conflito moral. O carrasco declarou que apenas cumpria ordens e não se sentia culpado, pois era proibido de tomar decisões e, com o tempo, tornou-se incapaz de se posicionar.

Assim, conforme Arendt, o julgamento de Eichmann aponta para a monstruosidade da máquina de morte nazista, deixando claro que o mal passa a ser praticado no cotidiano sem ser visto enquanto uma atitude deliberadamente maligna. O praticante do mal banal é um bom funcionário da maquinaria da morte, aquele que recebe ordens e não se responsabiliza pelos atos, pois age sem uma visão crítica à violência instituída.

Porém, Malhães, ao relatar sobre as atrocidades cometidas, apresenta-se convicto e orgulhoso do dever cumprido, sem demonstrar nenhum

arrependimento ou dúvida pelos atos cometidos. Conforme Sousa (2014b), no relato de Malhães, nos deparamos com a *arrogância do mal*, vangloriando-se por ter vencido a guerra. Trata-se de um funcionário que foi além da obediência às ordens e argumenta sobre a importância da sua ação. Claro que tal atitude ganha força, pois, além de estarmos uma sociedade esquecida da sua história, a Lei da Anistia garante imunidade aos torturadores.

No evento comentado no início do capítulo sobre os 50 anos do Golpe, Vera Paiva testemunhou sobre a revivência da dor familiar a partir os depoimentos dados pelo torturador Paulo Malhães e a indicação de pistas falsas sobre os locais em que estariam os restos mortais de Rubens Paiva. Ela relata:

Quando você olha o depoimento do Malhães, a última tortura que a gente sofreu. Então, tive que ler uma vez, esperar dois dias e ler de novo. O meu irmão (...) não conseguiu ler até o fim.

O desaparecer é uma maneira de derrotar ainda mais, porque você cria uma história que nunca termina. E as histórias de desaparecimento, a da minha família e de outras pessoas. As cenas que nós vivemos foram muito parecidas e é repetida pelo Malhães, pistas falsas o tempo inteiro, telefonemas de fora do Brasil (...) o Turman (...) que me interrogou, dizia assim 'teu pai está em Cuba com uma outra família, não sei o que vocês estão atrás do teu pai, isso foi me dito em 1977/78 pelo Turman na minha cara, entende? Essa é a tortura, uma tecnologia de tortura que o Malhães usou em 2014.

(...) Mas o que diz o Malhães, a gente sabe que a tortura provoca esse sofrimento, aí ele vai no domingo, dá um depoimento pro Globo anonimamente (...). Eu estava no Rio de Janeiro por acaso e (...) fui comprar o jornal na padaria, e abri o Globo, a tortura começa assim, ninguém nos avisou que aquele depoimento iria estar na primeira página do jornal. Você abre e ele dizendo e explicando como que se tortura, como que se acaba com o corpo, até hoje, se abre a barriga se põe um monte de pedra para afundar bem e não voltar. Faz uma descrição detalhada como o corpo do meu pai foi jogado, enterrado, desenterrado, ele fala coisas como ossos podres. Eu tô falando porque eu já li várias vezes, eu já estou olhando como uma coisa, história, que eu estou contando. Mas não foi assim nos primeiros dias, isso que eu tô dando testemunho, não é assim nas primeiras vezes, agora eu já consigo falar porque eu já falei antes, a gente vai conversando sobre isso e agora eu consigo falar sobre isso sem me abalar. Mas assim, fala de ossos podres, sacos de ossos, como que eles mascararam a cena para poder desenterrar e enterrar de novo e jogar no mar. Passamos um susto (...) fomos tomar banho no fim da tarde. Ele falou que jogou no mar, eu entrei no mar, minha irmã também, nós não falamos sobre esse assunto, diferente naquele dia, a gente não sabe onde tá o corpo do

meu pai. Você ouviu que ele foi jogado no mar, eu entrei no mar, não sei se vocês conseguem, acho que vocês conseguem entender, como: 'ah que bom ele gostava muito do mar, o meu pai'. Saí do mar, não comentei com a minha irmã. Três dias depois, dois dias depois ele dá uma outra entrevista pro 'Dia', aí ele diz quem é, mostra a cara, dá o nome e diz que aquilo era mentira, nada daquilo aconteceu.¹³

O desaparecimento elimina a possibilidade de vivermos o processo da morte. Os militares se utilizam disso como um método extremamente perverso de negação, ocultação e dissimulação do que foi feito às vítimas. Assim, postergam a eterna tortura e sofrimento aos familiares.

As histórias trazidas aqui somente puderam ser contadas por meio do protagonismo e atuação das famílias, dos ex-presos políticos, juntamente com os movimentos políticos, a Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos, Comissão da Anistia e, de modo mais atual, a Comissão Nacional da Verdade.

São os fragmentos da história expressos através de narrativas e testemunhos, materializados através da publicização de arquivos e livros, que possibilitam, em muitas situações, as primeiras formas de se fazer um luto. O arquivo nos transporta ao passado e possibilita conhecermos e percorrermos um itinerário, um documento nos conduz a outro, abrindo espaço para que uma história possa ser reescrita. Conforme Derrida (2001), o arquivo sempre foi um modo de garantia, e toda garantia é sempre configurada de futuro.

O processo de se debruçar sobre um arquivo é inseparável da imperiosa necessidade de transmissão, assim sendo, há uma necessidade ou mesmo uma espécie de impulso para transmitir que funciona sob o efeito de um imperativo psíquico incoercível (MOUCHENIK, 2013). Dessa forma, a demanda pelo arquivo também é pela historicização, uma busca em ir contra o apagamento imposto aos desaparecidos políticos, combatendo uma tentativa de des-existência e de negação daquilo que terá existido. Do mesmo modo, os arquivos garantem um sentido e podem propiciar ao traumatismo uma saída do campo do recalçamento.

Os arquivos também demarcam o que pode ou não se tornar expresso em determinado momento histórico, mas também dizem dos silêncios, dos

¹³ Vídeo disponível online no canal do CRP/RS: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z1EUjNVgpu8&list=PLJlrUqBF90eFjRPz--zguffylLzhqAQIP>> Acesso em: 18/02/2015 (Transcrição nossa).

restos e não-ditos. Hoje existem muitos documentos e arquivos do DOI-Codi e DEOPS disponíveis para acesso dos cidadãos, mas, além disso, inúmeros foram queimados e triturados pelos militares, uma tentativa de tamponar a memória e apagar os rastros dos ocorridos. Dessa maneira, são os atos de falas e gestos propostos a partir dos arquivos, por meio das tensões daquilo que ele cala e que impede de falar, que podemos propiciar novos sentidos e novas insuficiências.

Desse modo, o arquivo propõe a repetição da memória, um reviver do passado e dos mortos, mas que interfere e estabelece a nossa relação com o futuro. De tal modo, os arquivos sobreviventes do período militar e os documentos atuais contendo narrativas e testemunhos dos sobreviventes propiciam uma recontagem da história, pontuando a presença da ausência – catalogando para não esquecer, narrando para não esquecer, para a sociedade não esquecer. Conforme Derrida (2001), por meio do arquivo, temos uma possibilidade de enfrentamento da finitude radical, combatendo a ameaça de destruição, conservando a memória e as diferentes verdades.

Nessa via, também entra em questão a importância da construção desta dissertação enquanto um recorte de vidas, histórias e narrativas que são testemunhadas e transmitidas através do olhar e das contribuições da psicanálise dentro do campo acadêmico. Um modo de produção de um outro arquivo que, por meio da publicização, visa ao enfrentamento do trauma social e individual.

3.2 (Des)aparecimento: o excessivo e o tempo da escrita

Nessa submersão no mundo dos arquivos, deparei-me com a escrita literária, de modo mais preciso com os livros do Bernardo Kucinski. Autor que escreve contos que transpiram rastros do seu processo de luto perante o desaparecimento forçado de sua irmã, Ana Rosa Kucinski, durante a ditadura civil-militar brasileira.

Tal literatura chegou a minhas mãos na hora exata em que me questionava sobre os estilos de escrita que envolvem a temática da violência que é, em muitos momentos, tão dura e árida. Perguntava-me sobre as

possíveis formas de transmissão destas histórias.

Retomo as próprias palavras de Semprun (1995, p. 125-126):

Como contar uma verdade pouco crível, como suscitar a imaginação do inimaginável, a não ser elaborando, trabalhando a realidade, pondo-a em perspectiva? Com um pouco de artifício, portanto!

(...) A verdade essencial da experiência não é transmissível... Ou melhor só o é pela escrita literária...

Kucinski, em seu livro *K: relato de uma busca*, no próprio título instiga um lampejo temporal, afinal “relato” remete a algo da ordem do passado que foi vivenciado e “busca” aponta para a ordem do futuro. Desse modo o título propõe um iluminar do passado, mas também enseja uma busca que ainda não terminou.

No livro em questão, o autor apresenta de forma interessante, a utilização dos recursos da literatura e do ficcional, formulando diferentes narrativas possíveis à sua irmã, ao seu pai e aos torturadores. Bernardo Kucinski busca por meio da literatura, que carrega uma carga testemunhal, uma maneira de transmissão. Histórias são montadas e conversas inventadas, surge a abertura de um espaço para a ficção perante o vazio imposto da violência e do não-sabido, provocados pelo desaparecimento.

Diante da obrigatoriedade de conviver com aquilo que não se sabe, a morte e o desaparecimento de sua irmã, Kucinski busca formas de nomear o que é ter de se deparar com o traumático. Assim, conta, através de diversas vozes, a história ficcionalizada da sua vida e da sua família, conseqüentemente da ditadura civil-militar brasileira, mostrando a busca incessante de seu pai pelos rastros de sua irmã Ana Rosa.

O livro *K* inicia-se com a citação de Mia Couto: “Acendo a história, me apago em mim. No fim destes escritos, serei de novo uma sombra sem voz” (2007, p. 15). A passagem acima demonstra o estilo de escrita alcançado por Kucinski, que permitiu com que ele tivesse fôlego para reconstruir o sofrimento do pai que “procura em vão pela filha e se convence aos poucos de que nunca a reencontrará, nem terá direito a homenagear seus restos mortais” (KEHL, 2011a).

Trarei partes do livro como forma de continuarmos conhecendo a história da Ana Rosa. Como lente de aumento, trazemos a potência da obra literária,

não como forma de analisarmos e enquadrarmos os acontecimentos e os sofrimentos, mas sim para nos depararmos com a potência da escrita enquanto via de transmissão do traumático e principalmente de testemunho.

Quanto à busca por Ana Rosa e à dor gerada pela falta de notícias, Bernardo Kucinski escreve, no papel de seu pai, as seguintes frases:

O pai que procura a filha desaparecida não tem medo de nada. Se no começo age com cautela não é por temor, mas porque, atônito, ainda tateia como um cego o labirinto inesperado da desapareção.

(...) E no começo, há esperança, não se pensa no impensável; quem sabe discretamente se consegue a exceção.

(...) Quando os dias sem notícia se tornam semanas, o pai à procura da filha grita, destemperado; importuna, incomoda com a sua desgraça e suas exigências impossíveis de justiça.

O sorvedouro de pessoas não para, a repressão segue cruenta, mas o pai que procura sua filha teme cada vez menos. Desgraçado mas insolente, percebe então o grande paradoxo da sua imunidade. Qualquer um pode ser engolido pelo vórtice do sorvedouro de pessoas, ou atropelado e despejado num buraco qualquer, menos ele. Com ele a repressão não mexe, mesmo quando grita. Mexer com ele seria confessar, passar recibo.

Sente-se intocável. Vai aos jornais, marcha com destemor empunhando cartazes na cara da ditadura, desdenhando a polícia; desfila como as mães da Praça de Maio, mortas-vivas a assombrar os vivos; imbuído de uma tarefa intransferível, nada o atemoriza. Recebe olhares oblíquos de susto, percebe outros, de simpatia.

(...) Quando as semanas viram meses, é tomado pelo cansaço e arrefece, mas não desiste. O pai que procura a filha desaparecida nunca desiste. Esperanças já não tem, mas não desiste. Onde? Quando exatamente? Precisa saber, para medir sua própria culpa. Mas nada lhe dizem.

(...) Logo lembrou outra parte do sonho: ele estava no fundo do buraco, ainda cavando, e ao voltar seu olhar para cima deparou com aqueles rostos todos rodeando a cova, encarando-o lá de cima, sim, porque já era como uma cova, e ele lá no fundo e todos olhando para ele, todos os seus amigos literatos, os irmãos Cohen, a Rosa Palatnik, o advogado Lipiner, o português da padaria, o vizinho espanhol, o sócio da loja, aqueles rostos tão familiares, do alto olhando para ele; os rostos familiares, é isso, rostos familiares, familiares dos desaparecidos. Onde ele estava com a cabeça que não compartilhou a informação na reunião dos familiares? Intrigado, não lembra mais de que forma o olhavam: se com raiva, ou com curiosidade, ou indiferentes, ou ansiosos, e ele cavoucando, cavoucando. (KUCINSKI, 2014a, p. 88-98)

A dor incutida aos familiares não permite e nem mesmo autoriza-os a incomodar os outros com a sua desgraça. Esperançosamente, acreditam na

exceção, procuram incessantemente o ente querido e, quando já não creem nem mesmo na exceção, ainda buscam a verdade, nem que seja para medir a culpa diante a tragédia ocorrida.

Kucinski remete ao sofrimento da eterna busca, sem sucesso, realizada pelos familiares e questiona ao longo da escrita: quem mesmo estaria morto diante toda essa situação? O sonho remete a uma cova, cavada pelo próprio pai, que sozinho resolve ir em busca do corpo da filha, mas, quando percebe, encontra-se dentro dela, ocupando o lugar do morto, um morto-vivo, observado e julgado pelos amigos e familiares.

O desaparecimento demarca um vazio de sentido no sujeito e arrebatada com o silêncio e o esquecimento social, perpetrando uma situação sem fim. Desse modo, a morte passa a ser disseminada de várias formas no âmbito social e familiar. A tortura passa a ser redirecionada aos familiares que necessitam enfrentar a ausência de informações e notícias falsas sobre o seu familiar.

Esquecer experiências-limite é impossível, isso é ainda mais difícil quando o passado permanece recalcado. Sem uma ampla mobilização social e os rituais e leis que garantam o "direito à verdade", os familiares de mortos e desaparecidos oscilam entre a busca por realizar o luto, o recalque e o desejo de restituição do passado conforme a proposta da *Associação Madres de Plaza de Mayo*: "*Aparición con vida. Con vida los llevaron, con vida los queremos*". (TELES, 2010, p. 4)

A violência não elaborada tem como legado o perpassar pelas diferentes gerações familiares. Ao longo do livro, o autor remonta a proximidade entre a história de sua irmã e a origem judaica de sua família, a própria luta política que seu pai vivenciou nas ruas de Wloclawek, Polônia. O pai de Ana Rosa e Bernardo possuía trinta anos quando foi acusado de subversão pela polícia polaca. Foi preso e conseguiu a soltura através da propina coletada pelos amigos militantes; sob condição de emigrar para o Brasil, acabou deixando a mulher e o filho que se uniram a ele um ano após tal incidente. Entretanto, a tia de Ana Rosa, presa em um comício do partido de esquerda que ajudou a fundar, morreu de tuberculose cinco anos depois na prisão. Os familiares por parte da mãe de Ana Rosa, também judeus, faleceram tempos depois, durante a Segunda Guerra Mundial.

Conforme o livro, tal violência sofrida pela família Kucinski foi silenciada

na história familiar. Bernardo Kucinski escreve que nada ou muito pouco se falava sobre o assunto, mas o autor propõe o encontro das duas histórias, o autor escreve e sob a voz do pai conta:

A cada passo em direção a essa ala K. retrocedia na memória aos tempos de sua própria prisão na Polônia. Lembrou-se novamente de quando o arrastaram acorrentado pelas ruas de Wloclawek para humilhá-lo perante os comerciantes. Agora também se arrastava, alquebrado, embora sem correntes; Sentia-se muito cansado. Havia se passado catorze meses da impensável desapareção da filha (...).

Naquela prisão polonesa ele descobriu a importância dos cigarros e barras de chocolate. Era o que trazia agora, aos presos do Barro Branco. (...) K. sentia-se muito cansado. As pernas fraquejando, uma sensação de tontura. Chegou ao pavilhão amparado pelo sargento.

Os presos já o esperavam (...) Armaram uma roda de cadeiras, K. sentou-se à frente. Depositou no piso a sacola e começou logo a contar a história que já havia repetido tantas vezes. Mas era como se contasse pela primeira vez. Fitava um preso, depois outro. Tropeçava nas palavras. No meio da fala saíam palavras do iídiche. Repetia como um refrão, *mein tiere techeterl*, minha filhinha querida. Sentia de volta o sotaque dos primeiros dias de Brasil.

Os presos ouviam em silêncio, de olhos fixos no rosto afogueado de K., como que hipnotizados pelas órbitas intumescidas de seus olhos vermelhos e úmidos. Muitos nunca mais esqueceriam aquele momento. O sofrimento do velho os impressionava. Um deles, Hamilton Pereira, descreveria décadas depois “o corpo devastado de um ancião, sustentado por dois olhos – duas chamas – que eram a encarnação do desespero”. Alguns conheceram a sua filha e o marido, eram da mesma organização clandestina; todos conheciam a história, inclusive quem os havia delatado. Sabiam que já estava morta havia muito tempo.

De repente, K. começou a soluçar. Os presos mantiveram silêncio. Os olhos de alguns deles se umedeceram. K. curvou o dorso para a frente e levou as mãos no rosto. Não conseguia estancar os soluços. Não tinha força para nada. Sentia-se muito cansado. Então se curvou um pouco mais e tentou distribuir os pacotes de cigarros, as barras de chocolates, que estavam no chão, talvez para dissipar o choro.

Nesse momento ele caiu.

Os presos da frente acorreram assustados. Sem largar o pacote de cigarros, que agora agarrava teimosamente com a mão esquerda, K. estirou-se no chão, respirando pesado. Três deles o ergueram bem devagar por baixo do dorso, e assim, na horizontal, o levaram para a cela adjacente, deitando-o num dos beliches.

K. manteve os olhos fechados por quase dez minutos, sempre respirando fundo, o peito arfando. Depois suas pálpebras se abriram e ele percebeu ao seu redor os presos políticos; avistou atrás deles, no alto da parede dos fundos, a familiar janelinha gradeada da cela trazendo de fora promessas de sol

e liberdade. Sentiu-se em paz. Muito cansado, mas em paz. Estendeu aos presos o pacote de cigarros. Depois, suas mãos se abriram e seus olhos cerraram. (KUCINSKI, 2014a, p. 172-175)

“O corpo devastado de um ancião, sustentado por dois olhos – duas chamas – que eram a encarnação do desespero”. K., perante o desespero e o cansaço, encontra como saída o reencontro da sua história com a da filha, ambos haviam sido violentados pelo Estado. Busca notícias dela, mas, ao mesmo tempo, esgotado, busca notícias sobre si mesmo.

Assim, a “impensável desaparecimento” delega o repetido sofrimento. K. tenta contar a história da filha, mas somente a repetição da mesma história, assim como a própria escrita do autor, podem propiciar alguma nomeação à interdição que a violência ocasiona.

Não devemos esquecer que as experiências traumáticas mantêm os sobreviventes no limite do dizível, causando um embate entre o impulso de dizer e a impossibilidade de achar as palavras certas para dar conta do tamanho fluxo de afeto. Assim, surge a vontade de silenciar esperando que o tempo pudesse apagá-las, e também a vontade de narrar com o intuito de libertação.

Em muitos casos, o silenciamento torna-se a única saída encontrada pelos sujeitos para seguirem vivendo, uma forma de proteção contra o sofrimento, evitando o enfrentamento da ferida narcísica e da angústia. Assim, quando uma experiência não pode ser colocada em palavras, ela fica fossilizada, funcionando como uma intrusa ao psiquismo, escapando a qualquer trabalho de luto (LEVY; KUPFERBERG, 2009).

Dessa forma, como já referido no capítulo anterior, a experiência traumática, quando silenciada, pode provocar nos membros das gerações seguintes um efeito de trauma e de sofrimento. E a transmissão ocorre inconscientemente entre as diferentes gerações sem haver um processo de narração e metabolização que possibilite a elaboração dos acontecidos, perpetuando o sofrimento (KUPFERBERG, 2011).

A família Kucinski encontrou no Brasil um refúgio perante a violência e perseguição ocorrida na Polônia pelos nazistas. Porém, foi o país que os acolheu que matou e desapareceu com o corpo de sua filha. A violência

totalitária vivenciada pelo pai repetiu-se na vivência da filha, contudo, com o desfecho mortífero. Não podemos nos esquecer de que:

Todo genocídio é uma catástrofe da filiação: é a aniquilação simultânea de três gerações, aquelas que são necessárias ao estabelecimento de toda filiação, para permitir que cada um possa se situar em um conjunto de sujeitos e se reconhecer como tendo sido gerado e como capaz de gerar. (WAINTRATER Apud. MOUCHENIK, 2013, p. 236)

Nos contos, a família K optou pelo silenciamento dos excessos e das atrocidades vivenciadas pela sua família. Houve um calar-se diante tantas dores e sofrimentos, impossibilitando o processo de luto. Nesses casos, à geração seguinte foram transmitidas as dores e não as memórias.

Perante aquilo que não foi metabolizado psiquicamente, a tranteracionalidade toma a cena. O não elaborado pelos pais, aquilo que se torna indizível, inominável e inconfessável passa a ser transmitido e despositado na geração seguinte, sem ser elaborado.

Embora cada história de vida seja única, todo sobrevivente sofre em algum grau o mal da melancolia. Por isso, não fala de suas perdas a filhos e netos; quer evitar que contraiam esse mal antes mesmo de começarem a construir suas vidas. Também aos amigos não gosta de mencionar suas perdas e, se são eles que as lembram, a reação é de desconforto. K. nunca revelou a seus filhos a perda de suas duas irmãs na Polônia, assim como sua mulher evitava falar aos filhos da perda da família inteira no Holocausto.

O sobrevivente só vive o presente por algum tempo; vencido o espanto de ter sobrevivido, superada a tarefa da retomada da vida normal, ressurgem com força inaudita os demônios do passado. Por que eu sobrevivi e eles não? É comum esse transtorno tardio do sobrevivente, décadas depois dos fatos.

(...)A culpa. Sempre a culpa. A culpa de não ter percebido o medo em certo olhar. De ter agido de uma forma e não de outra. De não ter feito mais. A culpa de ter herdado sozinho os parques bens do espólio dos pais, de ter ficado com os livros que eram do outro. De ter recebido a miserável indenização do Governo, mesmo sem a ter pedido. No fundo a culpa de ter sobrevivido.

(...)Também os sobreviventes daqui estão sempre a vasculhar o passado em busca daquele momento em que poderiam ter evitado a tragédia e por algum motivo falharam. Milan Kundera chamou de "totalitarismo familiar" o conjunto de mecanismos de culpabilização desvendados por Kafka. Nós poderíamos chamar o nosso de "totalitarismo institucional.

(...) Porque é obvio que o esclarecimento dos sequestros e execuções, de como e quando se deu cada crime, acabaria com a maior parte daquelas áreas sombrias que faz crer que,

se tivéssemos agido diferentemente do que agimos, a tragédia teria sido abortada.

Por isso a indenização às famílias dos desaparecidos – embora mesquinhas – foram outorgadas rapidamente, sem que eles tivessem que demandar, na verdade antecipando-se a uma demanda, para enterrar logo cada caso. Enterrar os casos sem enterrar os mortos, sem abrir espaço para uma investigação. Manobra sutil que tenta fazer de cada família cúmplice involuntária de uma determinada forma de lidar com a história.

O “totalitarismo institucional” exige que a culpa, alimentada pela dúvida e opacidade dos segredos, e reforçada pelo recebimento das indenizações, permaneça dentro de cada sobrevivente como drama pessoal e familiar e não como a tragédia coletiva que foi e continua sendo, meio século depois. (KUCINSKI, 2014a, p. 166-169)

Kucinski parte do “totalitarismo familiar”, que no tom kafkaniano demarca formas de autoritarismo e regulamentações impostas nas relações familiares, para falar do “totalitarismo institucional” como um modo brasileiro de manipular e impor um conjunto de culpabilizações destinados às vítimas e aos familiares dos mortos e desaparecidos políticos, impossibilitando compartilhamento da perda, enfrentamento e elaboração.

Devemos ressaltar que a perda suscita que o sujeito revise e avalie criticamente a sua história com o objeto desaparecido, indagando-se sobre a sua responsabilidade na perda em questão. A culpa se inscreve no psiquismo do sujeito e surgem questionamentos dolorosos sobre o seu envolvimento na perda e o que poderia ser feito para evitá-la, assim, as auto-acusações ganham força (BIRMAN, 2006).

Diante do desamparo e do vazio imposto, o familiar desaparecido passa a ser idealizado. Torna-se inevitável ou necessário inventar ou imaginar como seria a vida da pessoa perdida. Os desaparecidos apresentam-se imaginariamente como perfeitos, gerando a sensação de impotência naqueles que sobreviveram (TELES, 2010).

Freud, em “Luto e Melancolia” (1915), afirma que o processo de luto requer a passagem por um longo período doloroso. O mundo passa a ser visto como empobrecido e vazio, gerando uma ausência de interesses. Assim, esse processo busca a superação da perda através da retenção de todas as energias do Eu, até o momento em que a libido possa ser retirada desse objeto perdido e deslocada para um novo objeto escolhido.

Quando a libido livre não é deslocada para outro objeto e sim direcionada para o Eu, ocorre uma recusa da perda, havendo a identificação com aquilo que foi perdido. Dessa forma, quando a sombra idealizada do objeto amado que perdemos ‘recai sobre o eu’, surge também uma perda do sujeito (FREUD, 1915).

Janaína Teles¹⁴ (2010) acredita que os familiares, perante tais perdas irreparáveis, em vez de incorporarem memórias e recordações, acabam tendo que reviver e agir pela verdade e justiça, lutando contra a impunidade, e as faltas de investigações que predominam sobre tais violências. Assim, o luto acaba sendo dificultado, pois, para que o processo ocorra, o sujeito deve poder identificar o objeto que se perdeu.

Remetemo-nos às palavras de Kucinski referentes a um diálogo com um rabino:

O que você está pedindo é um absurdo, colocar uma lápide sem que exista o corpo (...). A falta da lápide equivale a dizer que ela não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se. Sofre a falta dessa lápide como um desastre a mais, uma punição adicional por seu alheamento diante do que estava acontecendo com a filha bem debaixo dos seus olhos.

(...) Ocorreu então a K. a ideia de compor um pequeno livrinho em memória da filha e do genro. Uma lápide na forma de livro. Um livro in memoriam. Isso também se fazia de vez em quando na Polônia, embora sem substituir a matzeivá. Comporia um folheto de umas oito ou dez páginas, com fotografias e depoimentos de suas amigas, imprimiria cem cópias e as entregaria de mão em mão para toda a família, os conhecidos e as amigas; mandaria aos parentes em Eretz Israel. (KUCINSKI, 2014a, p. 79-82)

O desaparecimento de um corpo faz com que os rituais sociais e religiosos propostos diante da morte sejam incompletos. Passamos a ter túmulos, lápides, atos ecumênicos, missas e monumentos sem corpos. A morte permanece em suspensão, escapando do campo simbólico e adentrando ao campo do Real.

¹⁴ Historiadora que foi presa aos cinco anos de idade junto com o seu irmão, Edson de Almeida Teles, e os seus pais militantes do PCdoB. Sobre o período da prisão relata: “Tenho lembranças muito desconexas sobre aquele período. Uma delas é de quando o delegado colocou uma arma na mesa e disse que não era para perguntar da minha mãe” (ASSEMBLEIA..., 2014, p. 262).

A construção de um livro-túmulo torna-se uma bonita imagem para pensarmos o modo simbólico encontrado pelos familiares para lidar com o sem-forma imposto pela violência, mostrando uma luta contra o encobrimento do sofrimento. Um livro que dá voz e garante a existência ao ente desaparecido, conta sua história e recupera memórias. A escrita sobre a história deste sujeito torna-se um modo de sepultamento, uma possibilidade de vivenciar o processo de luto.

No Rio Grande do Sul, a família de Cilon Brum, desaparecido político na Guerrilha do Araguaia, elaborou uma lápide com fotografia e um túmulo em que ainda espera um corpo na cidade de São Sepé. Liniane Haag Brum, afilhada de Cilon, escreveu um livro que conta e remonta a história do militante através de uma pesquisa feita durante vinte anos sobre a vida do padrinho que nunca conheceu, revirou antigos arquivos, recortes de jornal, documentos, cartas e entrevistou pessoas que o conheceram. A escrita e os arquivos serviram como modos de andamento ao processo de elaboração da perda.

Como modo de simbolização, a escrita torna-se um grande aliado, uma possibilidade de ficcionalização e ressignificação.

K. chegou a compor vários cartões com registros de episódios, diálogos, cenários. Mas ao tentar reuni-los numa narrativa coerente, algo não funcionou. Não conseguia expressar os sentimentos que dele se apossaram em muitas das situações pelas quais passara, por exemplo, no encontro com o arcebispo.

Era como se faltasse o essencial; era como se as palavras, embora escolhidas como esmero, em vez de mostrar a plenitude do que ele sentia, ao contrário, escondessem ou amputassem o significado principal. Não conseguia expressar sua desgraça na semântica limitada da palavra, no recorte demais preciso do conceito, na vulgaridade da expressão idiomática. Ele, poeta premiado da língua iídiche, não alcançava pela palavra a transcendência almejada.

(...) Aos poucos K., foi se dando conta de que havia um impedimento maior. Claro, as palavras sempre limitavam o que se queria dizer, mas não era esse o problema principal; seu bloqueio era moral, não era linguístico: estava errado fazer da tragédia de sua filha objeto de criação literária, nada podia estar mais errado. Envaidecer-se por escrever bonito uma coisa tão feia. Ainda mais que foi por causa desse maldito iídiche que ele não viu o que estava se passando bem debaixo de seus olhos, os estratégias da filha para evitar que ele a visitasse, suas viagens repentinas sem dizer para onde.

(...) Naquela noite K. rasgou os cartões de anotações; picou-os em pedacinhos miúdos para que deles nada restasse e atirou tudo ao lixo. Jurou nunca mais escrever em iídiche....

Também foi empurrado a essa decisão por um acaso: queria relatar às netas em Eretz Israel tudo o que havia acontecido. E as netas não conheciam o iídiche, só o hebraico. Naquela mesma noite, K.. escreveu sua primeira carta à neta em Eretz Israel, em hebraico impecável, como ele aprendera de criança no heder. Assim, não era mais o escritor renomado a fazer literatura com a desgraça da filha; era o avô legando para os netos o registro de uma tragédia familiar. (KUCINSKI, 2014a, p.135-137)

Kucinski aponta uma crença na importância da transmissão por meio das cartas e dos livros-túmulos, a necessidade em testemunhar e transmitir às netas o que havia acontecido com a tia. Não se tratava de escrever bonito e sim de escrever um testemunho, o não se deixar amordaçar novamente pela violência que assolou de modo repetido a sua família. Acredita-se, de tal modo, nas formas de transmissão criadas e construídas, nas traduções da experiência através de atos criativos, como a ficção propiciada no próprio livro *K: relato de uma busca*.

Por meio das criações, abrem-se possibilidades para darmos outra significação ao horror vivenciado, rompendo a cadeia da repetição. Torna-se possível uma (re)nomeação, um novo lugar aos desaparecidos para que assim suas histórias possam ser reinscritas na história do país e haja um processamento simbólico do passado do sujeito e do social.

Como um pequeno passo em prol da reparação, o Estado, em alguns lugares, prestou homenagem aos seus mortos e desaparecidos políticos. Em homenagem à memória de Ana Rosa, a cidade de São Paulo batizou uma rua com o nome de Ana Rosa Kucinski no bairro Jardim Toca, na Zona Sul. Na cidade do Rio de Janeiro, uma rua do bairro Senador Camará recebeu o mesmo nome. Um pequeno gesto que demarca uma nomeação, um lugar dado àquele sujeito, mesmo que pequeno e, muitas vezes, pouco visível, preservando a memória e a história. Porém, não podemos esquecer que o Estado ainda perpetua numerosas ruas nomeadas através de homenagens aos militares, ditadores e torturadores. Como exemplo de uma reação a este cenário, em Porto Alegre, a Câmara de Vereadores oficializou a mudança de nome da Avenida Castelo Branco para Avenida da Legalidade e Democracia.

3.2.1 *As diferentes escritas e a possibilidade de nomeação do traumático*

Escrever é se vingar da perda.
(Salomão, 1996).

A escrita demarca uma possibilidade de contar(se), recontar(se), reverter, subverter, criar. Uma posição possível diante do traumático imposto pela violência e uma garantia de modos de transmissão e de visibilidade das lacunas, dos restos e dos rastros. Assim, através do viés utópico, acreditamos que a escrita abre brechas para falarmos do campo do irrepresentável, nomeando como podemos o que falha e falta, propiciando-lhe ressignificações.

As literaturas testemunhais só se tornaram escritas possíveis por terem passado por um trabalho de reelaboração do passado (SELIGMANN-SILVA, 2006). A realidade, quando em excesso, produz traumas e pode jogar o sujeito em uma objetualização, não permitindo o pronunciamento de nenhuma palavra em nome próprio.

Conforme Sousa (2014a, p. 59), “a arte sempre teve por vocação abrir na história espaços para novos olhares, produzindo imagens críticas que provoquem um verdadeiro despertar”. Desse modo, através da literatura podemos propiciar um movimento de contrafluxo e permitir que novos sentidos possam perturbar o sujeito e então criar formas de narrar uma experiência.

[...] a palavra poética é aquela que se situa, de cada vez, na posição de resto, e pode, dessa maneira, dar testemunho. Os poetas – as testemunhas – fundam a língua com o que resta, o que sobrevive em ato à possibilidade – ou à impossibilidade – de falar. (AGAMBEN, 2008, p. 160)

Dar um passo em direção à narrativa e ao testemunho, implica a historicização e a retranscrição das marcas psíquicas no campo do simbólico. Trata-se de uma saída do âmbito privado em direção ao social, unindo os pedaços e recriando os laços identificatórios.

Dessa forma, podemos pensar a escrita não só como uma maneira de denúncia aos tempos obscuros da ditadura, mas também como modo de elaboração do sujeito, representando rastros de lembranças impossíveis de esquecer. Kucinski demarca uma história velada, por vezes não conhecida,

mas que exige um preenchimento de tais espaços vazios. Assim, perante o não sabido surge a possibilidade de ficcionalização e historicização.

A narrativa de K “reconstitui a voz do delator, do torturador, da amante do delegado e até daquele que se tornou símbolo do mal absoluto no Brasil da década de 1970: Sérgio Paranhos Fleury¹⁵”. Somente através de seu apagamento, o autor poderia ter a coragem de colocar-se na perspectiva subjetiva do inimigo (KEHL, 2011a), e, assim, colocar o não-dito e o não-sabido a circular entre nós.

Com objetivo de nos aproximarmos de tal escrita, trago fragmentos do conto de Kucinski denominado “A Abertura”, o qual se refere a um possível diálogo entre militares e suas mentiras para tentarem dar conta do desaparecimento de um corpo.

Mineirinho, lembra do velho que nós fomos mandando o Fogaça inventar que viu a filha dele? Pois não é que o velho não desiste? Vamos ter que ser mais espertos.

(...) É do consulado? Me chamem o Rocha, por favor, digam que é o Fleury.

E aí, Rocha? Tudo bem? Preciso que você faça o seguinte. Pegue aí uns folhetos desses capitães aí da tal Revolução dos Cravos, dessa palhaçada, e mande pelo correio para o endereço que o Mineirinho vai te passar. Faça um pacote e mande, via aérea, não escreva nada. Só o endereço e o remetente. O remetente você vai escrever à mão, como se fosse uma moça. Mineirinho, passe ao Rocha o endereço do velho e o nome completo da subversiva. Esse velho vai ficar doidão de novo. Filho da puta. Se não tivessem mandado parar tudo eu matava um desses velhos só pros outros pararem de encher o saco. Matava ele ou aquela grã-fina filha da puta da Zuzu que também andou mexendo os pauzinhos lá nos ‘esteites’.

Mineirinho o pacote despachado pelo Rocha lá de Lisboa foi entregue. O Lima checou nos correios. O velho deve estar tonto. Agora vamos dar o arremate. Você liga para o nosso cara do Bom Retiro, o da galeria, e diga para ele que a menina vai chegar de Portugal amanhã num voo da TAP, em Guarulhos. O Lima já checou que amanhã tem voo da TAP. É para foder mesmo com o velho; tô começando a pegar raiva desse judeu de merda.. Esse velho ainda pode nos complicar. Deixa ele ir lá, ficar vendo todo mundo sair, um por um, devagarzinho, e filha nada. Vamos quebrar a espinha desse velho. Vamos dar uma canseira nele, uma canseira de matar, até ele ter um infarto, filho da puta.

¹⁵ Delegado da Polícia Civil do estado de São Paulo, serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP). Participou e comandou casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver (BRASIL, 2014a).

O inimigo agora são as famílias desses terroristas. Mas temos que usar mais a cabeça, a psicologia (...). Está errado a gente ficar esticando a esperança desses porras, com essas histórias que estão no Juqueri, no exterior ... Eles já sabem que é enganação, mas ainda querem se enganar. E nós ajudamos. Temos que fazer o contrário; podemos dar a mesma canseira, desmoralizar os porras do mesmo jeito e até pior, espalhando que os corpos estão enterrados cada vez em outro lugar. Procurar para salvar alguém que ainda pode estar vivo é uma coisa, mas procurar um corpo, só para poder enterrar, é diferente. Fala a verdade, Mineirinho, eu sou demais de bom. Nem o Falcão teve essa ideia.

É isso, Mineirinho, vamos espalhar boatos de onde os corpos estão. Um boato atrás do outro. A gente solta um, dá um tempo, tipo um mês ou dois, depois solta outro. Vamos matar esses caras de canseira.

(...) Você pega a localidade, e passa para esses familiares, do jeito que você fez com o Juqueri. Só que agora é o morto, o cadáver. Você aí dá a pista, não dá endereço completo, deixa eles mesmos pensarem que encontraram.

(...) agora é hora de limpar os arquivos, não deixar prova. (...) Entregar a moça, onde é que esses caras estão com a cabeça? Mesmo que eles estivessem vivos, como é que eu ia entregar, depois de tudo o que aconteceu? Não é para acabar com as provas? Pois nós acabamos... (KUCINSKI, 2014a, p.73- 77)

Kucinski demonstra em sua escrita a necessidade de colocar-se no ponto de vista do Outro totalizador, aquele que oprimiu e violentou a sua família. Em seu conto, o autor faz o exercício de buscar entender a necessidade perversa dos militares em dar falsas esperanças sobre a filha estar viva e depois quanto à localização dos restos mortais dela. Tal perversidade do torturador também foi apontada pelo testemunho de Vera Paiva, trazido anteriormente.

A escrita ficcional torna possível que o escritor se coloque no lugar do assassino, propiciando um mecanismo de identificação e de busca pela alteridade radical e necessária de se colocar no lugar do Outro. A escrita surge como uma espécie de libertação, uma possibilidade de ressignificação e de enlutamento. Diante da violência que afeta e subverte a posição subjetiva, Maria Rita Kehl ressalta: “Escrever é um dos recursos de que podemos nos valer para inverter, ainda que precariamente, a posição passiva que experimentamos diante da catástrofe, e que nos causa tanto horror.” (NESTROVSKI; SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 139).

Semprun (1995 p. 162), pontua:

Nada mais possuo a não ser a minha morte, minha experiência da morte para contar minha vida, expressá-la, levá-la adiante. Tenho que fabricar vida com toda essa morte. E a melhor maneira de conseguir é a escrita. Ora, esta me leva à morte, aí me tranca, aí me asfixia. Estou nesse ponto: só posso viver assumindo essa morte pela escrita, mas a escrita me impede literalmente de viver.

A preocupação referente à escrita do traumático também é um legado do Primo Levi e do Jorge Semprun, autores trazidos anteriormente, ambos sobreviventes dos campos de concentração. A literatura testemunhal surge de uma necessidade de entendimento do presente a partir do passado e de testemunho como uma forma de não esquecimento das atrocidades ocorridas. Perante os resquícios do trauma, a escrita surge pelo desejo de compreender o vivenciado e de reposicionar-se diante dele, inscrevendo o evento traumático dentro da história familiar e social, retirando pedaços de uma experiência catastrófica e destituindo a sua dimensão mortífera.

Paz (1996, p. 155), ex-presos políticos, descreve o processo de escrita da seguinte forma: “Escrevo penosamente, choro, as palavras saem aos trancos, é um vômito. Nem sei se tem algum valor, mas não é possível parar, vou até o fim, seja o que for. Por enquanto são histórias soltas, me falta um fio para costurá-las”.

Aos familiares dos desaparecidos políticos restaram as coleções de marcas do passado como formas de resposta diante o excessivo do desaparecimento, guardam dossiês com fotografias, cartas e objetos dos seus entes queridos. Como “herdeiros da dor”, os familiares buscam transmitir a experiência do passado e interrogar o presente, assim como as escritas testemunhais. Porém, muitos não conseguem se conscientizar de que necessitam se distinguir dos que morreram, definindo uma ruptura entre passado e presente. Dessa forma, o processo de enlutamento passa a ser demarcado pela sua impossibilidade.

Conforme Teles (2010), os familiares de mortos e desaparecidos políticos, não se tornaram as principais vozes de narrativas e memórias do período ditatorial. Atualmente temos uma série de produções de documentos, filmes, entrevistas, programas e documentários que estão disponíveis para acesso online e que demarcam uma mudança de posicionamento, em que os

familiares e a sociedade buscam falar mais sobre o assunto. Provavelmente, são efeitos dos passos dados em direção à garantia da memória, reverberações da criação da Comissão Nacional da Verdade. Dentre os principais livros testemunhais nos deparamos com: Flávio Tavares, *Memórias do Esquecimento* (1999); Carlos Eugênio Paz, *Viagem à Luta Armada* (1996); Renato Tapajós, *Em Câmara Lenta* (1977); Bernardo Kucinski, *K: relato de uma busca* (2014a), *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014b); Teixeira Coelho, *História natural da ditadura* (2006), além dos inúmeros escritos e relatos dados à CNV e a outros órgãos de reparação. Nessa via, ainda restam inquietações sobre as formas como tais materiais poderão circular de forma mais efetiva no campo social e quais serão os reais efeitos dos mesmos.

A literatura testemunhal e, ao mesmo tempo, ficcional de Bernardo Kucinski, *K: relato de uma busca* foi finalista dos prêmios Portugal Telecom e São Paulo de Literatura de 2012, estranhamente categorizado como um romance policial. Sobre a escrita do livro, em uma entrevista, Bernardo Kucinski¹⁶ afirma:

Às vezes nem eu mesmo acredito que escrevi. É especial, porque é uma espécie de descarrego. O livro nasce de um processo cíclico, que seria impossível de repetir. (...) Trouxe algo que ainda não sei identificar, mas foi como: 'soltei o que estava dentro de mim.

¹⁶ Disponível em: <http://www.carosamigos.com.br/index.php/cultura/noticias/2294-livro-k-e-a-expressao-da-dor-de-familias-vitimas-da-ditadura> Acessado em: 15/03/2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita desta dissertação surge com o desbravar de uma travessia possível dentro do campo do excessivo. Por vezes, construo um lugar dúbio, trago narrativas e testemunhos de alguns sujeitos que sofreram violências no período da ditadura, mas também falo da minha experiência de escuta e testemunho daqueles que sofreram na carne a tortura imposta pelo Outro totalizador, e dos familiares que tiveram parentes desaparecidos políticos. Busco, ao longo da minha escrita, dar alguma borda simbólica ao traumático, vivenciado de alguma maneira por mim também. Porém, às vezes, tais tentativas são insuficientes, afinal, o trauma é marcado pelo impossível de ser apreendido em sua totalidade.

Diante de tamanha imersão neste âmbito de pesquisa, necessitei esboçar o campo do trauma social, da tortura e do traumático, e, desse modo, evidenciar, a relevância da construção narrativa e testemunhal da história dos sujeitos que foram silenciados, apontando para a CNV e a importância dos arquivos e da literatura.

Assim, o meu processo de escrita surgiu com o questionamento sobre qual seria uma linguagem possível diante do trauma, e, por consequência, que tipo de transmissão tornava-se viável. Nessa perspectiva, a grande descoberta foi a potência da criação e do ficcional. A escrita literária, como reconstrutora do mundo através dos restos, criara imagens possíveis para aquilo que não possui lugar.

Desse modo, tornou-se impossível não trazer à minha pesquisa rastros da vida de Ana Rosa Kucinski, restos que foram possíveis graças aos arquivos, aos testemunhos dados a Comissão Nacional da Verdade e aos contos ficcionais escritos pelo seu irmão. Apontamentos que demarcaram um modo de enfrentamento do sem forma imposto pela violência.

A possibilidade de escrita sobre o traumático surgiu para Kucinski após quase 40 anos do desaparecimento de sua irmã. Maria Rita Kehl, no prefácio do segundo livro de Kucinski (2014b, p. 15), questiona: “quando termina a escrita do trauma?”. O autor em seu último conto intitulado “Post Scriptum”, escreve sobre a demarcação excessiva e o retorno incessante do traumático.

Passados quase quatro décadas, súbito, não mais que de repente, um telefonema a essa mesma casa, a esse mesmo filho meu que não conheceu sua tia sequestrada e assassinada; voz de mulher, apresenta-se, nome e sobrenome, moradora de Florianópolis. Diz que chegara havia pouco do Canadá, onde fora visitar parentes e que conversavam em português numa mesa de restaurante quando se aproximou uma senhora e se disse brasileira dando seu nome completo, o nome da tia desaparecida. A voz feminina deixou seu telefone, para contatos.

Não retornei o telefonema. Lembrei-me dos primeiros meses após a desaparecimento; sempre que chegávamos a um ponto sensível do sistema, surgiam as pistas falsas do seu paradeiro para nos cansar e desmoralizar. Esse telefonema – conclui - é uma reação à mensagem inserida nas televisões há alguns meses pela Ordem dos Advogados do Brasil. Na qual uma artista de teatro personificou o seu desaparecimento. O telefonema da suposta turista brasileira veio do sistema repressivo, ainda articulado. (KUCINSKI, 2014a, p. 181- 182)

Dessa forma, percebe-se que a história da ditadura civil-militar brasileira continua produzindo silenciamentos. As violências de Estado continuam sem serem reconhecidas, mesmo após o trabalho da Comissão Nacional da Verdade. Os militares seguem negando as práticas de torturas no período ditatorial, inclusive aquelas que continuam sendo praticadas ainda hoje.

Existe uma longa caminhada a ser percorrida para que haja uma garantia da memória, uma possibilidade de justiça e efetivação dos processos de elaboração do luto pelas vítimas e familiares. Nessa via, apontamos a relevância do testemunho e da escrita como bordas viáveis diante da história do trauma, pois abrem caminhos para a historicização pautada no ficcional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

A HISTÓRIA do movimento de justiça e direitos humanos: onde a esperança se refugiou, p. 28-29.

ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

_____. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

_____. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARANTES, M.A.A.C. Anistia Ampla Geral e Irrestrita Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo – CBA/SP Memória e Fragmentos. In: SILVA, H. K (Org.). *A Luta Pela Anistia*. Editora UNESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 2009a.

_____. *Dor e desamparo: filhos e pais, 40 anos depois*. *Psicol. clin.* [online]. vol.20, n.2, 2008, p. 75-87.

_____. *Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política*. São Paulo: Escuta, 1994.

_____. *Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

_____. *Violência, massacre, tortura e desaparecimento forçado*. In: *Anais do Seminário Nacional de Direitos Humanos Brasília, 22 de junho de 2009b*.

ARENDT, H., *Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

_____. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

ASSEMBLEIA Legislativa, Comissão Da Verdade Do Estado De São Paulo. *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014.

BAÜMER, A.; TRAHTEMBERG, A. R. C.; KAHL, M. L. F. *Transgeracionalidade: a patologia da transmissão psíquica entre gerações*. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre*, v. 7, n.2, pp. 369-394, 2005.

BENJAMIN, W. Escavando e lembrando [1932]. In: _____. *Rua de Mão Única*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

_____. Experiência e pobreza [1933]. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Imagens do Pensamento. In: _____. *Rua de Mão Única*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

_____. O Narrador [1936]. In: _____. *Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Sobre o conceito da história [1940]. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERTA, S. L.; ROSA, M. D. *Angustia e luto no exílio político*. São Paulo: Textura, v. 5, 2006, p. 52-56.

BIRMAN, J. (2006). *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

BLANCHOT, M. *A conversa infinita 2: a experiência limite*. Editora Escuta, 2007.

_____. *O espaço literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____. *O livro por vir*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BLOCH, E. *O princípio esperança*. Vol. 1. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Vol. 1. Brasília: CNV, 2014a.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos*. Vol. 2. Brasília: CNV, 2014b.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: mortos e desaparecidos políticos*. Vol. 3. Brasília: CNV, 2014c.

BRECHT, B. *Poemas 1913-1956*. Trad. de Paulo C. de Souza. São Paulo: Brasiliense, Editora 34, 2000.

CALIRMAN, C. *Arte brasileira na ditadura militar*. Antonio Manuel, Artur Barrio e Cildo Meireles. Rio de Janeiro: Reptil, 2013.

CÂMARA Federal dos Deputados, Comissão de Direitos Humanos, *Relatório sobre Tortura e Direitos Humanos*, BSB, 2005. [online]

CHAUÍ, M. A tortura. In: ELOIZA, B (Org). *I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1987.

COELHO, T. *História natural da ditadura*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

COIMBRA, C. *Direitos Humanos, terrorismo de Estado, reparações...* Correio da APPOA, Porto Alegre, v. 196, 2010, p. 21-29.

_____. Gênero, militância, tortura. In: MOURÃO, J. *Clínica e Política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas*. Rio de Janeiro: Abaquer: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009, p.21-33.

_____. BRASIL, V. Exumando, identificando os mortos e desaparecidos políticos: uma contribuição do GTNM-RJ para o resgate da memória. In: MOURÃO, J. *Clínica e Política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas*. Rio de Janeiro: Abaquer: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009, p.45-62.

CONSELHO Regional De Psicologia Da 6ª Região (Org). *Psicologia e o Direito à Memória e à Verdade*. São Paulo: CRPSP, 2012

CONTE. Descomemoração dos 50 anos do Golpe. In: *Diaphora*. Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul 14(2), set/dez, 201, p.36-40.

COSTA, A. Rupturas na transmissão. In: *Trivium*. n.3, Rio de Janeiro, 2011, p. 26-33.

COSTA, J. *Violência e psicanálise*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

COUTO, M. *Terra sonâmbula*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

CUNHA, L. C. Por que os generais não imitam a Rede Globo. *Brasileiros.com*, jan., 2014.

DERRIDA, J. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIDI-HUBERMAN, G. *Cascas*. In: Revista Serrote, n. 13, 2013, p. 99- 133.

ENDO, P. Partilha, testemunho e formas contemporâneas do excessivo. In: *Psicanálise e Cultura*, São Paulo, v.31, n.47, 2008, p. 70-74.

_____. Um Futuro sem Origem: transmissão, autoridade e violência. In: *Autoridade e Violência*. Porto Alegre: APPOA, 2011.

_____. *A Violência no Coração da Cidade: Um Estudo Psicanalítico*. São Paulo, Escuta/Fapesp, 2005.

FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FREUD, S. Além do princípio de prazer [1920]. In: _____. *Edição standart brasileira das obras psicológicas completas*. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1989. v.XVIII.

_____. Inibições, sintomas e angústia [1926]. In: _____. *Edição standart brasileira das obras psicológicas completas*. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1989. v.XX.

_____. Luto e Melancolia (1917 [1915]). In: _____. *Edição standart brasileira das obras psicológicas completas*. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1989. v.XIV.

FUKS, M. P. Trauma e dessubjetivação. *Boletim Online*, n. 13, jun. 2010.

GAGNEBIN, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

_____. Palavras para Hurbinek. In: NESTROVSKY, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (Orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 73-98.

_____. *Walter Benjamin: Os Cacos da História*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

GUERRA, C. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

ITAQUY, C. *Terceira visão*. Rio de Janeiro: Bookess, 2012.

JAMESON, Fredric. *As sementes do tempo*. São Paulo: Ática, 1997.

KEHL, M. R. Comentários sobre K. de Bernardo Kucinski. *Blog da Boitempo*. São Paulo, 28 nov. 2011a. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Comentarios-sobre-K-de-Bernardo-Kucinski/20913>> Acesso em: 18/02/2015.

_____. Mulher ou militante. In: *CartaCapital*, n. 660, 2011b, p. 84-87.

_____. *O veredicto de Geraldo Alckiman: o governador de SP usa a mesma retórica dos matadores da ditadura*. Folha de São Paulo. São Paulo, 16 set. 2012.

_____. Tortura e sintoma social. In: TELES; SAFATLE. *O que resta da ditadura*. Editora Boitempo, São Paulo, 2010.

KUCINSKI, B. *K: relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014a.

_____. *Você vai voltar para mim e outros contos*. São Paulo: Cosac Naify, 2014b.

KUPFERBERG, M. Efeitos da transmissão traumática sobre a 3ª geração. In: *Trivium*. n.3, Rio de Janeiro, 2011, p 34- 43.

LACAN, J. O Seminário, Livro 10 [1962-1963]. *A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. O seminário, Livro 16 [1968-1969]. *De um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

_____. *Os afogados e os sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LEVY; KUPFERBEG. Um silêncio ensurdecedor. *Cad. Psicanál.-CPRJ*, Rio de Janeiro, ano 31, n. 22, 2009, p. 173-184.

LISBOA, S. Seria chover no molhado, se o molhado não fosse sangue. In: BIZ, O (Org). *Sessenta e quatro: para não esquecer*. Porto Alegre: Litteralis, 2004.

MOREIRA, L. E. V.; BULAMAH, L. C.; KUPERMANN, D. Entre barões e porões: Amílcar Lobo e a psicanálise no Rio de Janeiro durante a ditadura militar. *Analytica: Revista de Psicanálise*, v. 3, p. 173-200, 2014.

MOUCHENIK, Y. *Entre memória e história, filiação destruída, trauma, narrativa de vida e paixão por arquivos*. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013.

MOYLAN, T.; BACCOLINI, R. (Orgs). *Utopia Method Vision: The Use Value of Social Dreaming*. Bern: Peter Lang, 2007.

NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (Orgs). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000.

PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à Luta Armada: memórias romanceadas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PELLEGRINO, H. A tortura. In: *A burrice do demônio*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

OROPEZA, I. D. Memória e direitos humanos: algumas considerações acerca das experiências das Comissões da Verdade. In: CONSELHO Regional De Psicologia Da 6ª Região (Org). *Psicologia e o Direito à Memória e à Verdade*. São Paulo: CRPSP, 2012.

ROSA, M. D. *Uma escuta psicanalítica das vidas secas*. Textura (São Paulo), São Paulo, v. 2, n. 2, 2002, p. 42-47.

ROSA, M. D.; BERTA, S. L.; CARIGNATO, T. T.; ALENCAR, S. *A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico- política*. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 12, n. 3, 2009, p. 497-511.

ROSA, M. D.; POLI, M. C. *Experiência e linguagem como estratégias de resistência*. *Psicologia e Sociedade*, v. 21, p. 5-12, 2009.

SAFATLE, V.; TELES, E. (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SALOMÃO, W. *Algaravias*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1996.

SELIGMANN-SILVA, M. *Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção*. In: *O local da diferença*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

SELIGMANN-SILVA, M. (Org.). *História, memória, literatura; o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003.

SEMPRUN, J. *A escrita, ou, A vida*. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOLER, C. *Trauma e fantasia*. *Stylus: Revista de Psicanálise*, Rio de Janeiro, n. 9, out., 2004, p. 45-59.

SOUSA, E. *Caixa-Preta*. *Correio da APPOA*, Porto Alegre, v. 196, 2010, p. 21-29.

SOUSA, E. Desafazer a forma. In: POLI, M. C.; MOSCHEN, S.; LO BIANCO, A. C. *Psicanálise: política e cultura*. Campinas: Mercado das letras, 2014a.

SOUSA, E. *Uma invenção da utopia*. São Paulo: Lumme Editora, 2007.

SOUSA, E. *Vidas mutiladas (ainda)*. *Correio da APPOA*, Porto Alegre, v. 236, juho, 2014b.

SOUSA, E.; TESSLER, E. Violência sem disfarce. In: *Correio da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, Porto Alegre, v. n 126, 2004, p. 5-10.

TAPAJÓS, R. *Em câmera lenta*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977

TAVARES, F. *Memórias do esquecimento*. 3ª ed. São Paulo, Globo, 199

TELES, J. de A. Os testemunhos e as lutas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: *III Seminario internacional políticas de la memoria*. Buenos Aires, 2010.

ANEXOS

Anexo 1 – Cildo Meireles, Inserções em circuitos ideológicos: Projeto Coca-Cola (1970). Disponível em: <<https://artetpolitique.files.wordpress.com/2011/10/botella2.jpg>> Acesso em: 05/04/2015.

Anexo 2 – Cildo Meireles, Inserções em circuitos ideológicos: Projeto Cédula (1970). Disponível em: <<http://www.inhotim.org.br/uploads/2013/10/Insercoecoos-em-circuitos-ideologicos-Projeto-cedula1-752x511.jpg>> Acesso em: 05/04/2015.

Anexo 3 – Arquivo Público do Estado de São Paulo, Documento do DEOPS/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo) Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/documento.php?ficha=BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNK000387> Acesso em: 14/03/2015.

Anexo 4 – Arquivo Público do Estado de São Paulo, Documento do DEOPS/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo) Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/documento.php?ficha=BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXSNS003625> Acesso em: 14/03/2015.





SN387

KUCINSKI ANA ROSA

= sem dados qualificativos =

Em 21.1.75 o órgão de imprensa "Jornal do Brasil" publicou um edital de responsabilidade de MAJER KUCINSKI solicitando de quem soubesse o paradeiro da nominada, que é Bacharel em Química e Doutora da Universidade de S.Paulo e ~~XXX~~ de seu marido WILSON SILVA, comunicasse à R.dos Viveiros de Castro 352 - Santana ou pelo telefone 298.6706 em S.Paulo.

Em 07.2.75 o jornal "Folha da Tarde" divulgou uma notícia, diga um comunicado do Ministério da Justiça esclarecendo sobre o noticiário em que a imprensa vem dando (matéria paga) de elementos ligados a subversão que se encontram desaparecidos, entre eles, a nominada.-- ANA ROSA KUCINSKI, segundo o comunicado em referência, é esposa de WILSON SILVA, redator do jornal comunista "Voz Operária", não tem antecedentes sobre a sua -
pessoa.-- Documento na pasta DIVERSOS - Pasta 17 - Doc. 7
ou na pasta de Min.Aer.--Pasta 4 - Doc. 62 - Fls. 16

Em 12-06-1975:- Através do Telex 1089 de 12-6-75 a CIGP solicitou informação do nominado.

Em 10.05.76 segundo o jornal "Folha da Tarde" FLAVIO FERREIRA DA SILVA, ROBERTO DAMIANI e outros foram denunciado pela 3ª Auditoria da 2ª CJM por crime extorsão.-- Os referidos elementos extorquiram do irmão da nominada BERNARDO KUCINSKI a importância de 65 mil cruzeiros para fornecer informações se a mesma estaria detida no DOI/CODI.-- Documento na pasta Diversos - Pasta 18 Doc. 43

SILVA ANA ROSA KUCINSKI

sem dados qualificativos

Em 03.09.78 - o JORNAL DO BRASIL publicou uma lista de 49 nomes elaborado pelo "COMITE BRASILEIRO PELA ANISTIA", das pessoas desaparecidas no país entre 1971 e / 1977, constando sobre o marginado: professor Universitária do Instituto de Química da Universidade de São / Paulo, onde conquistou o título de doutora. Desapareceu no dia 22.04.74, bem como seu marido Wilson Silva. Seu irmão, o jornalista Bernardo Kucinski, fez investigações particulares durante anos para descobrir seu paradeiro, sem qualquer sucesso.

Pasta COMITE DE ANISTIA 1 Doc. 1